



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
Conselho Superior

RESOLUÇÃO 87/2020 - CONSUP/RE/IFAP

Aprova o Plano Pedagógico do Curso de Nível Superior de Licenciatura em Pedagogia na Modalidade à Distância - Projeto em Rede, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que consta no Processo nº 23228.000168/2018-93, e as deliberações na 24ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior do Ifap,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Pedagógico do Curso de Nível Superior de Licenciatura em Pedagogia na Modalidade à Distância - Projeto em Rede, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

Art. 2º Esta resolução entrar em vigor a partir da data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por:

- Adriélma Nunes Ferreira Bronze, Reitora em exercício - CD1 - GAB, em 04/12/2020 11:00:23.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/11/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 7204

Código de Autenticação: d206fff3ce



Rodovia BR 210, KM 03, s/n, Brasil Novo, MACAPA / AP, CEP 68909398



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – EaD**

**APROVADO PELO CONSELHO SUPERIOR
RESOLUÇÃO Nº 87/2020/CONSUP/IFAP**

**MACAPÁ – AP
2020**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/IFAP

Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida
Reitora

Decreto Presidencial de 02 de outubro de 2015

Romaro Antonio Silva
Pró-Reitor de Ensino
Portaria nº 200/2018/GR/IFAP

Ederson Wilcker Figueiredo Leite
Diretor de Graduação
Portaria nº 318/2016/GR/IFAP

Ariadney Ferreira do Nascimento
Coordenador de Políticas de Graduação
Portaria nº 1729/2019/GAB/RE/IFAP

Marcos de Araújo de Almeida
Diretor de Educação a Distância
Portaria nº 1014/2018/GR/IFAP

Angela Maria Chaves Miranda
Coordenação Geral Universidade Aberta do Brasil no IFAP
Portaria nº 1119/2018/GR/IFAP

Degildo Roque de Brito
Coordenação Adjunta Universidade Aberta do Brasil no IFAP
Portaria nº 075/2019/GR/IFAP

Shirly Silva Santo
Portaria nº 1975/2018/GR/IFAP
Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia – UAB/IFAP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Angela Maria Chaves Miranda – Presidente
Ederson Wilcker Figueiredo Mendes – Membro
Gilmar Vieira Martins – Membro
Rita de Cassia Medeiros Borges – Membro
Romaro Antonio Silva – Membro
Shirly Silva Santos – Membro

COMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
Portaria n° 2.233/2018/GR/IFAP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Índice

1. JUSTIFICATIVA.....	8
1.1 Relevância da Criação do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia em EaD no Estado do Amapá.....	10
2. OBJETIVOS.....	10
2.1 Objetivo Geral:.....	10
2.2 Objetivos específicos:.....	10
3. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	11
4. ÁREA DE ATUAÇÃO.....	14
5. REQUISITOS DE ACESSO.....	14
6. ESTRUTURA CURRICULAR.....	15
6.1 Princípios Metodológicos.....	15
6.2 Organização Curricular.....	17
Quadro 1. Consolidação da Carga Horária Total do Curso.....	18
Quadro 2. Descrição da duração do curso consolidado.....	19
6.3 Fundamentação Legal e organização.....	19
6.4 – Estrutura Curricular – Matriz Curricular:.....	22
6.4.1 Estrutura dos Núcleos do Curso.....	24
7 – CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS.....	26
8 – REGIME ESPECIAL DE APRENDIZAGEM DOMICILIAR – READ.....	26
9 – METODOLOGIA.....	27
9.1 – Material Didático:.....	31
10 – GESTÃO DE CURSOS E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	32
10.1 – Avaliação institucional:.....	32
10.2 – Gestão do curso e processos de avaliação do projeto pedagógico do curso (PPC).....	33
10.2.1 – Coordenação de Curso.....	33
10.2.2 – Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	34
10.2.3 – Colegiado de Curso.....	35
10.3 – Procedimentos de acompanhamento de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem.....	35



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

10.3.1 – Avaliação da Aprendizagem.....	35
10.3.2 – Critérios de avaliação, etapas avaliativas e instrumentos de avaliação.....	37
10.3.3 – Estudos de aceleração de componente curricular.....	39
10.3.4 – Dependência de componentes curriculares.....	40
10.3.3.1 – Período letivo especial (PLE).....	41
11. CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES.....	41
12. ATIVIDADES ACADÊMICAS.....	42
12.1 Atividades complementares (AC).....	42
Quadro 3. Limites mínimo e máximo de horas por Atividade Complementar – AC	44
12.2 Estágio Curricular/Supervisionado.....	45
12.2.1 Concepção e composição do estágio curricular.....	46
Estágio Não obrigatório.....	46
Estágio obrigatório.....	46
12.2.2 A Estrutura curricular do estágio supervisionado.....	48
Quadro 4. Descrição das atividades realizadas no Estágio Supervisionado.....	49
12.2.3 Avaliação do Estágio Supervisionado.....	50
12.2.4 Atribuições do professor-orientador de estágio.....	52
12.2.5 Atribuições do Estagiário.....	52
12.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	53
11.3.1 Trabalho de Conclusão de Curso I - Seminário de Conclusão de Curso I (TCC I).....	53
11.3.2 Trabalho de Conclusão de Curso II e III Seminário de Conclusão de Curso (TCC II e III).....	53
11.3.3 Trabalho de conclusão de curso através de artigo científico.....	54
12.4 Atividades de Monitoria.....	55
12.5 Semana Acadêmica.....	55
12.6 Visitas Técnicas.....	56
12.7 Projetos de Iniciação Científica.....	56
13. APOIO AO DISCENTE.....	56
13.1 Assistência Estudantil.....	56
13.2 Assistência psicopedagógica e de saúde.....	57
13.2.1 Acessibilidade metodológica.....	57



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

13.2.2 Educação Inclusiva.....	58
13.3 Ações de permanência e êxito.....	59
13.4 Mobilidade acadêmica.....	60
14. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	60
14.1 Local das aulas presenciais.....	60
14.2 Ambientes Administrativo e Pedagógico.....	61
14.3 Biblioteca.....	62
14.4 Laboratórios.....	63
Quadro 5. Laboratórios.....	63
15. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	63
16. DIPLOMA.....	65
17. REFERÊNCIAS.....	67
18. APÊNDICES.....	69
ANEXOS.....	119
ANEXO I.....	119
REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO.....	119
ANEXO II.....	124
REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	124
ANEXO III.....	128
REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	128



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO IFAP

CNPJ: 10.820.882/0001-95

Razão Social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Nome Fantasia: IFAP

Esfera Administrativa: Federal

E-mail de contato: uab@ifap.edu.br

Site: www.ifap.edu.br

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do Curso: Curso Superior de Graduação em Pedagogia

Modalidade oferecida: Licenciatura

Habilitação: Licenciado em Pedagogia

Modalidade de ensino: A distância

Mínimo: 4 anos – Máximo: 5 anos

Mínimo: 8 semestres – Máximo: 10 Semestres

Número de vagas anuais por polo: 40

DESCRIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO CURSO	Horas – 60 min.
Núcleo de Estudos Básicos	2.160
Núcleo de Aprofundamento e Diversificação dos Estudos	280
Núcleo de Estudos Integradores	780
Núcleo de Formação de Estágio Supervisionado	420
Núcleo de Formação em Atividades Complementares	320
Carga Horária Total do Curso	3.960

NÚMERO DE COMPONENTES CURRICULARES

Núcleo de Estudos Básicos	Núcleo de Aprofundamento e Diversificação dos Estudos	Núcleo de Estudos Integradores	Núcleo de Estágio Supervisionado	Núcleo de Formação em Atividade Complementares
28	4	11	6	1
Total de Componentes Curriculares:			50	

Forma de ingresso: Processo Seletivo Próprio do IFAP e Processo Seletivo de Matrículas Especiais de caráter classificatório e/ou eliminatório.

Atos Legais:

RESOLUÇÃO Nº 13/2018/CONSUP/IFAP – Aprova o Ato de Criação, Autorização e Funcionamento do Curso Superior de Graduação em Pedagogia – EaD.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

1. JUSTIFICATIVA

Neste estudo, para a apresentação da oferta deste curso, nos baseamos nos dados disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) em relação a formação dos docentes para educação básica. Baseados no censo 2016 apontam que dos 2.196.397 professores, em exercício na educação básica pública, há 6.043 que possuem apenas o ensino fundamental, 488.064 o ensino médio e 95.401 não possuem licenciatura. Um cenário, no mínimo preocupante, quanto a educação pública do Brasil.

O quadro, apresentado a seguir, retirado do relatório da Política Nacional de formação docente, publicado no portal do MEC, traduz o retrato deste cenário no Brasil.

CENÁRIO

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Censo 2016 - Formação dos professores na Educação Básica

	TOTAL	Fundamental	Médio	Total	Superior C/licenciatura	S/licenciatura
Brasil	2.196.397	6.043	488.064	1.702.290	1.606.889	95.401

Educação Básica – Brasil Total

Matrículas	Estabelecimentos	Docentes
48.817.479	186.081	2.196.397

Fonte: Apresentação Política Nacional de Formação de Professores, MEC, 2017.

Ao lançar estes dados o Ministério assinala que a “[...] qualidade das aprendizagens depende da qualidade do trabalho do professor [sendo assim] Evidências mostram que, entre os fatores que podem ser controlados pela política educacional, o professor é o que tem maior peso na determinação do desempenho dos alunos.”

No delineamento desta política o MEC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

[...] acolhe os princípios estabelecidos na constituição federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Plano Nacional de Educação (PNE), em particular as metas 15 e 16, e na resolução 2/2015 e destaca: regime de colaboração (União, redes de ensino, Instituições Formadoras), visão sistêmica, articulação instituição formadora e escolas de educação básica, domínio dos conhecimentos previstos na bncc, articulação teoria e prática, interdisciplinaridade, interculturalidade e inovação e formação humana integral.

A atividade em parceria cooperativa é uma tendência da educação que emerge da organização, em rede, na sociedade digital. Este modelo de organização, como destaca Dias (2013, p. 5), “[...] contribui de forma decisiva para a diluição das barreiras de natureza geográfica e sociais, e promove [...] o desenvolvimento das novas práticas de interação entre os indivíduos, e entre estes e os contextos de aprendizagem e conhecimento.”

Esta tendência cresce apoiada nas “[...] facilidades que as tecnologias disponibilizam para construir uma experiência de educação e comunicação aberta e global, que tem o seu maior impacto nas formas emergentes de interação social nas redes de conhecimento [...]”. (DIAS, 2013, p. 5)

Deste modo, estas parcerias, sob a forma de redes colaborativas, podem se configurar em espaços de mediação social e cognitiva diminuindo as barreiras de tempo e espaço, espaços em que a distância se dilui na “[...] proximidade virtual e do envolvimento colaborativo [...]”. (p.6)

O avanço tecnológico possibilitou uma nova realidade educacional: o ensino mediado pelo computador. A oferta de Educação a Distância apoiada por Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA's) tem se expandido rapidamente como resposta à crescente necessidade de formação continuada, resultante das transformações dos meios e modos de produção.

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) e Instituto Federal de Educação,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), cientes da sua expertise na área da formação de professores e na área tecnológica, do seu compromisso em atender a sociedade ao oportunizar condições de acesso à educação, em relação a todas as possibilidades de aprendizagem em detrimento da produção do conhecimento, e do seu compromisso com uma educação pública e de qualidade unem forças para, em mais uma tarefa colaborativa, atender as demandas da sociedade.

1.1 Relevância da Criação do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia em EaD no Estado do Amapá.

A Educação à Distância (EAD) é um modelo de ensino dinâmico, rápido, completo e eficiente. Funciona com intermédio tecnológico, por meio do qual o estudante terá acesso a um tutor à sua disposição presencial e outro a distância. Mesmo que separados no espaço físico, conseguem interação de modo efetivo e facilitado via rede mundial de computadores.

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade a Distância, com o objetivo de contribuir com a formação e aperfeiçoamento de professores da Rede Federal, Estadual e Municipal de educação básica, que ainda não possuem graduação plena no magistério superior, para que possam ser favorecidos na formação docente e no conteúdo do desenvolvimento da prática educativa. O presente projeto, elaborado em rede, pode ser ofertado pelas Instituições parceiras em conjunto, otimizando recursos humanos e financeiros e/ou como oferta individual com recursos próprios.

2. OBJETIVOS.

2.1 Objetivo Geral:

✓ O presente Curso tem como objetivo geral possibilitar a formação, superior, do profissional docente, para o exercício da docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógico.

2.2 Objetivos específicos:

✓ Instrumentalizar o futuro pedagogo frente a sua área de atuação na Educação Básica e em espaços nos quais sejam necessários conhecimentos pedagógicos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

- ✓ Possibilitar o aprofundamento de saberes disciplinares básicos para a atuação profissional do pedagogo;
- ✓ Potencializar situações para a compreensão de saberes metodológicos relacionados aos diferentes saberes;
- ✓ Aprofundar o conhecimento sobre a complexidade da educação no contexto sociocultural;
- ✓ Desenvolver atitudes investigativas que conduzam à realização da pesquisa educacional;
- ✓ Compreender a educação de jovens e adultos;
- ✓ Compreender as políticas de inclusão no contexto do trabalho educativo como reconhecimento e valorização da diversidade;
- ✓ Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre o processo educacional de modo abrangente e flexível, possibilitando que a formação esteja em interface com as transformações dos contextos sociais e educacionais;
- ✓ Formar um profissional capaz de agir nas mais diferentes modalidades de ensino na busca de soluções dos problemas complexos da realidade educacional de forma preventiva (evasão, repetência, analfabetismo, violência, entre outros), favorecendo a reflexão crítica acerca dos valores éticos que devem permear o pensar e o agir profissional;
- ✓ Utilizar o conhecimento sobre a legislação que rege sua atividade profissional.
- ✓ Melhorar, de modo satisfatório, a qualidade do ensino;
- ✓ Gerenciar o próprio desenvolvimento profissional;
- ✓ Difundir os valores estéticos, políticos e éticos, inspiradores da sociedade democrática;
- ✓ Propiciar o protagonismo crítico para a construção do conhecimento.

3. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.

A descrição do perfil do egresso e do campo de atuação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, elaborado em rede pelas instituições parceiras, atende a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, como passamos a descrever a seguir.

O curso de Licenciatura em Pedagogia, oferecido na modalidade a distância, e em caráter de cooperação entre Institutos, em rede, tem seu currículo estruturado no regime anual, sendo, os estágios supervisionados e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), incluído ao longo dos anos. Os anos de curso não possuem caráter de terminalidade, ou seja, não confere ao acadêmico certificação intermediária.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

A estrutura curricular do curso busca desenvolver competências e habilidades necessárias ao futuro professor através do aprendizado na perspectiva da interface e da transversalidade possíveis de diversos campos de saberes e das tecnologias a eles correspondentes, com vista à formação da cidadania universal e da formação profissional. Ao longo do curso serão desenvolvidos gradualmente habilidades e conhecimentos necessários à formação do licenciado em Pedagogia.

Aliada a essa vertente objetiva da formação do pedagogo, a integração dos conhecimentos será mantida através principalmente de dois tipos de eventos: as atividades de formação que serão desenvolvidos ao longo do curso e o Seminário de Final de Curso, quando todos os estudantes apresentarão o resultado de seus trabalhos práticos e de investigação, os quais deverão ter como princípio norteador a multidisciplinaridade.

Desse modo o O perfil profissional do egresso do Curso de Licenciatura em Pedagogia - a Distância – contempla o domínio dos saberes docentes para atuar na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como na educação básica, na educação profissional. Atuar na gestão de espaços que necessitem de conhecimentos teóricos e práticos no campo da educação mediando atividade nas instituições escolares e não-escolares. Deverá ser capaz de criar e produzir propostas educativas para as diferentes realidades escolares, trabalhando coletivamente, elaborando e mediando a construção de materiais didáticos apropriados às realidades nas quais estiver inserido.

Também se faz necessário que esse profissional assuma uma postura política e ética, que estimule a difusão e a construção do conhecimento, possibilitando aos seus futuros alunos condições de descoberta (ou redescoberta) do prazer de aprender.

A tarefa do pedagogo é extremamente complexa, exigindo decisões imediatas e ações, muitas vezes, imprevisíveis. É importante que ele aprenda a observar, a formular questões e hipótese e a selecionar os instrumentos e dados que o ajudem a elucidar seus problemas e a encontrar caminhos alternativos na sua prática pedagógica.

A estrutura curricular se desdobra em unidades curriculares que se propõem a responder as questões, para além dos entendimentos de senso comum. Fará parte, perpassando todo o currículo, um conjunto de conteúdos que são fundamentais.

Assim, as competências profissionais podem ser:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

- ✓ atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- ✓ compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- ✓ fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- ✓ trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- ✓ reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- ✓ aplicar modos de ensinar diferentes linguagens, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, particularmente de crianças;
- ✓ relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- ✓ promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- ✓ identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- ✓ demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- ✓ desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- ✓ participar da gestão das instituições em que atuem enquanto estudantes e profissionais, contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- ✓ participar da gestão das instituições em que atuem planejando, executando,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

- ✓ realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre seus alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- ✓ utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- ✓ estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes;
- ✓ No caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham, das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:
- ✓ promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária;

4. ÁREA DE ATUAÇÃO.

O Pedagogo licenciado tem como formação inicial o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

A formação oferecida abrangerá, integradamente à docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas.

5. REQUISITOS DE ACESSO.

O acesso ao Curso Superior de Graduação em Pedagogia – EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – Ifap dar-se-á mediante as situações indicadas a baixo.

- ✓ Processo Seletivo regido por edital próprio vigente para ingresso em cursos EaD;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

- ✓ Processo Seletivo de Matrículas Especiais de caráter classificatório e/ou eliminatório e de acordo com edital vigente para ingresso.
- ✓ acesso por transferência de aluno vindo de outros *campi* ou IES no Brasil e que tenha pedido deferido pela Coordenação do curso de destino, de acordo com normativas internas;

6. ESTRUTURA CURRICULAR

6.1 Princípios Metodológicos

A concepção de um curso de graduação a distância tem peculiaridades que a distinguem da modalidade presencial. Assim, por suas características, a Educação a Distância, supõe um tipo de ensino em que o foco está em cada estudante e não na turma. Este estudante deve ser considerado como um sujeito do seu aprendizado, desenvolvendo autonomia e independência em relação ao professor, que o orienta no sentido do “aprender a aprender e aprender a fazer”.

Os materiais didáticos devem ser pensados e produzidos dentro das especificidades da Educação a Distância e da realidade do estudante para o qual o material está sendo elaborado. No entanto, não se pode deixar de ter em conta, o avanço dos meios informáticos e digitais, sobretudo como uma tecnologia que facilita, em grande medida, a comunicação, a troca e a aquisição de informação. É neste sentido que, mesmo investindo em materiais impressos, não se pode abrir mão de projetar também a elaboração de materiais para web, ou a utilização de mídias digitais, como o CD-ROM e de elementos interativos que garantam a participação, a aprendizagem, a permanência e o êxito acadêmico.

O material a ser utilizado ao longo do curso, será elaborado em parceria, pelos seis Institutos e disponibilizado em diversos formatos, de acordo com a necessidade contemplando os Guias do Curso e Manual do Cursista, Guia Didático das Disciplinas (por período), Caderno Didático das Disciplinas (por período). Faremos uso, ainda, dos materiais já produzidos no âmbito da Educação à Distância, através de vários fomentos, e disponibilizados em seus repositórios, bem como os produzidos nos cursos já ofertados pelas instituições parceiras da rede.

A Educação a Distância vem apontando para a necessidade do estudo colaborativo e/ou cooperativo. O uso das tecnologias de informação e comunicação vem desempenhando papel fundamental, porém, nos espaços em que, ainda, não é possível usá-las, há que se



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

propor alternativas dentro dos modelos tradicionais de tutoria e material impresso.

A presença e disponibilidade do tutor/orientador têm sido importantes não somente como elemento motivador, mas também, e por isso mesmo, como estratégia de diminuição da evasão. Um papel que a tutoria vem sendo chamada a desempenhar é o de espaço de articulação e suporte ao estudo cooperativo, de modo a garantir a construção coletiva do conhecimento.

A rotina do curso envolve estratégias que devem ser perseguidas pela equipe que o constitui. Será disponibilizado um calendário acadêmico com datas de início e fim das disciplinas.

Todas as disciplinas devem ser apresentadas no AVA, divididas em semanas, de acordo com o calendário.

Antes da disponibilização para os alunos o professor responsável pela elaboração da disciplina, fará uma reunião on-line com tutores presenciais e a distância delineando todos os procedimentos que devem ser adotados pela equipe.

No AVA deverá ter um espaço comum, uma comunidade de aprendizagem, em rede, entre professores/acadêmicos, acadêmicos/tutores e acadêmicos/acadêmicos, sob os princípios da cooperação, respeito e autonomia, de modo a alcançar os objetivos propostos.

A relação dialógica, base da Comunidade de Aprendizagem, seja presencial ou mediada pelas tecnologias, deverá ser exercício permanentemente praticado por todos os participantes, num processo de desenvolvimento capaz de conduzir os diferentes sujeitos aprendizes a uma unidade de ação, tornando-os engajados na tessitura desta rede real e virtual de todos os envolvidos no curso. O desafio maior do curso é a produção de um novo conhecimento, a pesquisa constitui-se como dimensão de aprendizagem, considerados os indivíduos na sua inserção sociocultural.

Os procedimentos metodológicos específicos (leituras/atividades/ participação nos fóruns de discussão/ consultas a Banco de Dados e endereços selecionados) serão adotados de acordo com a natureza do objeto de estudo de cada disciplina. As comunicações, ao longo do curso, serão mediatizadas: no ambiente Internet, via correio eletrônico, fóruns de discussão, e-mails, redes sociais, entre outros, com plantão de docentes e tutores, on-line e nos polos, em horários previamente estabelecidos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Considerando a natureza singular da interação presencial, os Encontros Presenciais, com objetivo integrativo na produção de conhecimento, serão obrigatórios e realizados ao longo do curso, buscando oportunizar as vivências próprias para consolidação da Comunidade de Aprendizagem em rede. O professor poderá participar destes encontros presencialmente ou mediados pela tecnologia via videoconferência.

Cada disciplina deverá propor suas atividades a distância, privilegiando a troca de informações e experiências entre os participantes, com o objetivo de construir uma rede colaborativa de aprendizagem. Para tanto, as atividades serão instigadoras, desafiando os participantes a resolverem, coletivamente, questões-problema relacionadas à prática pedagógica. Os participantes deverão fazer uso dos espaços coletivos do Ambiente Virtual de Aprendizagem para interagir.

Os acadêmicos poderão se dirigir ao polo presencial, sempre que acharem necessário, onde encontrarão laboratórios de informática conectados à internet, biblioteca setorial, para que possam executar as atividades propostas pelos professores auxiliados pelos tutores presenciais.

Ao fim de cada disciplina, o aluno terá um período denominado de **refazer** em que ele terá oportunidade de recuperar, ao longo do período, de forma paralela atividades e conteúdo sem aproveitamento total.

6.2 Organização Curricular

O currículo do Curso Superior de Graduação em Pedagogia – EaD – está organizado em períodos semestrais, sendo que a organização curricular se baseia pelos princípios da flexibilidade, da interdisciplinaridade e da contextualização, do ensino, da pesquisa e da extensão e atualização permanente do curso respeitando as Diretrizes para Educação a Distância no Brasil. Os conhecimentos organizados no currículo devem ser tratados em sua completude nas diferentes dimensões cultural, social, humana, científica e tecnológica.

A carga horária total do Curso Superior de Graduação em Pedagogia – EaD – é de 3.960 horas, (conforme demonstra o Quadro 1), tem sua composição dividida em núcleos da seguinte maneira:

✓ **Núcleo de Estudos Básicos:** 2.160 horas de componentes curriculares, compreendendo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

56% da carga horária total do curso.

- ✓ **Núcleo de Aproveitamento e Diversificação dos Estudos:** 280 horas de Componentes Curriculares compreendendo 7% da carga horária total do curso.
- ✓ **Núcleo de Estudos Integradores:** 780 horas, compreendendo 19% da carga horária total do curso.
- ✓ **Núcleo de Estágio Supervisionado:** 420 horas de embasamento, compreendendo 10% da carga horária total do curso.
- ✓ **Núcleo de Formação em Atividades Complementares:** 320 horas, compreendendo 8% carga horária total do curso

Quadro 1. Consolidação da Carga Horária Total do Curso

Consolidação da Carga Horária do Curso	% do Total Geral	Total em Horas
Núcleo de Estudos Básicos	56	2.160
Núcleo de Aproveitamento e Diversificação dos Estudos	7	280
Núcleo de Estudos Integradores	19	780
Núcleo de Estágio Supervisionado	10	420
Núcleo de Formação em Atividades Complementares	8	320
TOTAL	100%	3.960 horas

O curso está organizado em regime anual com duração mínima de 4 anos ou 8 (oito) semestres, na proporção de um para cada período letivo, sendo cada um deles integralizado por componentes curriculares. O tempo máximo para integralização do curso é de cinco anos.

A distribuição das atividades educacionais de cada período letivo, estará prevista no calendário acadêmico, sendo este produzido pela Coordenação de cursos e submetido a aprovação da Coordenação Geral da UAB/IFAP. O calendário acadêmico poderá ser



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

submetido ao Conselho Superior do IFAP (CONSUP/IFAP), caso a Coordenação Geral entenda necessário.

Quadro 2. Descrição da duração do curso consolidado

Duração do Curso	4 anos
Prazo máximo de integralização	5 anos
Carga horária em atividades acadêmicas	3.220 horas
Estágio Profissional Supervisionado	420 horas
Atividades Complementares	200 horas
Trabalho de Conclusão de Curso	120 horas
Carga horária total do Curso	3.960 horas

A oferta de disciplinas nesta modalidade é regida pelas normativas nacionais e as institucionalizadas do Ifap, sendo relacionadas a inclusão de métodos e práticas de ensino-aprendizagem nas quais estão incorporados o uso de Ambientes Virtuais de Aprendizagens (AVA) para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como encontros presenciais pelo(s) docente(s) do componente curricular e atividades de tutoria definidas nos regulamentos internos.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Superior de Licenciatura em Pedagogia – EaD da UAB/IFAP é o instrumento norteador do curso, este documento se fundamenta nos princípios contidos no Regimento Geral do Ifap, no Projeto Político Institucional (PPI) contido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nas Regulamentações e Resoluções institucionais vigentes no Ifap.

6.3 Fundamentação Legal e organização

A organização curricular do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia – EaD da UAB/IFAP tem seus fundamentos pautados:

- ✓ Constituição Federal de 1988, Art. 205, 206 e 208; na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008;
- ✓ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996); Lei nº 7.853/1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos e difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

- ✓ Decreto nº 2.494 de 10 de fevereiro de 1998 (publicado no D.O.U DE 11/02/98), que Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96);
- ✓ Decreto nº 3.298/1999, que Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências;
- ✓ Resolução CNE/CP nº 01/2006, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura;
- ✓ Resolução CNE/CP nº 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores de educação básica de nível superior.
- ✓ Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- ✓ Parecer CNE nº 5 de 13 de dezembro de 2005, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia;
- ✓ Parecer CNE nº 3 de 21 de fevereiro de 2006, Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia;
- ✓ Parecer CNE/CEB nº 11 de 19/02/2002, Reconsideração do Parecer CNE/CEB 28/2001;
- ✓ Portaria Ministerial nº 301, de 07 de abril de 1998, que trata o disposto na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e no Decreto no 2.494, de 10 de fevereiro de 1998; e a necessidade de normatizar os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância;
- ✓ Portaria Ministerial nº 2.253 de 18 de Outubro de 2001, que Portaria do MEC autoriza a inclusão de disciplinas não presenciais em cursos superiores reconhecidos;
- ✓ Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172/2001, especialmente no seu item IV, Magistério da Educação Básica, que define as diretrizes, os objetivos e metas, relativas à formação profissional inicial para docente da Educação Básica;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

- ✓ Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura.

A organização curricular baseia-se pelos princípios da flexibilidade, da interdisciplinaridade e da contextualização, do ensino, da pesquisa e da extensão e atualização permanente do curso.

A distribuição da carga horária do curso deve ser apresentada considerando os conhecimentos organizados no currículo, abordados em sua completude nas diferentes dimensões cultural, social, humana, científica e tecnológica.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

6.4 – Estrutura Curricular – Matriz Curricular:

MEC/SETEC A1:51		A PARTIR DE 2018	
Curso de Licenciatura em Pedagogia			
MATRIZ CURRICULAR		Em rede: IFSul, IFMA, IFRO, IFRN, IFMT e IFAP (a partir de dez/2018)	
Cod.	DISCIPLINAS	Carga Horária	
		T	P
	Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação a Distância (1)	60	30
	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação e do Trabalho (1)	90	-
	Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem (1)	80	-
	Didática Geral	50	40
	Didática na educação profissional e tecnológica	50	40
	Metodologias e Estratégias de Ensino (1) T/P	50	40
	Pesquisa, Inovação Tecnológica e Extensão como princípios educativos	40	20
	Fundamentos Sociopolíticos e Econômicos na Educação (1)	80	-
	Processos educativos de gestão: instituições escolares, comunitárias, assistenciais e do mundo do trabalho (2)	60	-
	Organização e Gestão da Educação (1)	60	-
	Libras (1)	30	30
	Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica	-	60
	Seminário integrador e estudos curriculares (3)	-	30
TOTAL 1º ANO		650	290
	Projeto Político Pedagógico (1)	40	40
	Coordenação Pedagógica	40	40
	Educação Profissional	45	45
	Linguagem, Alfabetização e Letramento	40	40
	Educação de Jovens e Adultos (1)	45	45
	Educação Especial na perspectiva Inclusiva (1)	30	30
	Educação Infantil (1)	40	40
	Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT (1)	30	30
	Organização do Trabalho Pedagógico (2)	40	40
	Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica - Elaboração de Projetos de Pesquisa e Extensão		90
	Seminário TCC 1		90
	Seminário integrador e estudos curriculares (3)		30
SUBTOTAL		350	560
Estágio			
	Estágio Supervisionado na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental (2)		60
TOTAL 2º ANO		350	620
	Metodologias e Estratégias de ensino da Língua Portuguesa (1)	30	30
	Metodologias e Estratégias da Educação Infantil (1)	30	30
	Metodologias e Estratégias de ensino da Matemática (1)	30	30
	Metodologias e Estratégias de ensino de Ciências (1)	30	30
	Metodologias e Estratégias de ensino de História (1)	30	30
	Teorias Educacionais (2)	40	40
	Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica: Implantação de Projetos de Pesquisa e Extensão III (3)		90
	Seminário TCC II (3)		90



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
 PRÓ-REITORIA DE ENSINO

	Seminário integrador e estudos curriculares III (3)		30
	SUBTOTAL	190	400
	Estágio		
	Estágio Supervisionado na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar (2)	-	60
	Estágio Supervisionado em Formação Pedagógica (2)	-	60
	TOTAL 3º ANO	190	520
	MEC/SETEC		A PARTIR DE 2018
	Curso de Licenciatura em Pedagogia		
	MATRIZ CURRICULAR Nº		Em rede: IFSul, IFMA, IFRO, IFRN, IFMT E IFCE E IFAP
	Cód.	DISCIPLINAS	Carga Horária
			T P
		Legislação Educacional (1)	90
		Metodologias Ativas de Aprendizagem (1)	50 40
		Metodologias e Estratégias de Ensino de Geografia (1)	40 40
		Metodologias e Estratégias de Ensino das Artes (1)	40 40
		Metodologias e Estratégias de ensino de Atividades Recreativas (1)	40 40
		Metodologia da Pesquisa, Inovação e Extensão em Educação (1)	50 40
		Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica: Projetos de Pesquisa, Inovação e Extensão IV (3)	90
		Seminário TCC II (3)	90
		Seminário integrador e estudos curriculares IV (3)	90
		SUBTOTAL	310 470
		Estágio	
		Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos (2)	90
		Estágio Supervisionado na Educação Profissional (2)	90
		Estágio Supervisionado na área da Gestão Escolar (2)	90
		TOTAL 4º ANO	310 710
		CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS (A)	1.500 1.720
		TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (B)	120
		ATIVIDADES COMPLEMENTARES (C)	200
		ESTÁGIO CURRICULAR (D)	420
		CARGA HORÁRIA TOTAL (A + B + C + D)	1.500 2.460
			3.960



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

A matriz curricular do curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, modalidade EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá em parceria com a Universidade Aberta do Brasil, segue formato estrutural diferenciado quando comparada à de curso presencial. Devido à peculiaridade da modalidade do curso a distância, ocasionar pormenores não presente na modalidade presencial, ajustou-se a matriz de modo a corresponder às necessidades do curso.

Sendo assim, as cargas horárias e distribuição de componentes curriculares estão alocadas de modo a atender a necessidade do público específico da modalidade. Além do mais, a nova forma de organização da matriz flexibiliza o processo de ensino e aprendizagem e respeita integralmente a legislação nacional bem como a institucional.

6.4.1 Estrutura dos Núcleos do Curso

NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS (1)		
Componente curricular	CH (60 min)	ANO
Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação a Distância	90	1º
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação e do Trabalho	90	1º
Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem	80	1º
Didática Geral	90	1º
Didática na educação profissional e tecnológica	90	1º
Metodologias e Estratégias de Ensino	90	1º
Fundamentos Sociopolíticos e Econômicos na Educação	80	1º
Organização e Gestão da Educação	80	1º
Libras	60	1º
Projeto Político Pedagógico	80	2º
Coordenação Pedagógica	80	2º
Educação Profissional	90	2º
Linguagem, Alfabetização e Letramento	80	2º
Educação de Jovens e Adultos	90	2º
Educação especial na perspectiva inclusiva	60	2º
Educação Infantil	80	2º
Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT	60	2º
Metodologias e Estratégias de ensino da Língua Portuguesa	60	3º
Metodologias e Estratégias da Educação Infantil	60	3º
Metodologias e Estratégias de ensino da Matemática	60	3º
Metodologias e Estratégias de ensino de Ciências	60	3º
Metodologias e Estratégias de ensino da História	60	3º
Legislação Educacional	90	4º
Metodologias Ativas de Aprendizagem	90	4º



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Metodologias e Estratégias de ensino da Geografia	80	4º
Metodologias e Estratégias de ensino das Artes	80	4º
Metodologias e Estratégias de ensino de Atividades Recreativas	80	4º
Metodologia da Pesquisa, Inovação e Extensão em Educação	90	4º
NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS (2)		
Pesquisa, Inovação Tecnológica e Extensão como princípios educativos	60	1º
Processos educativos e de gestão: instituições escolares, comunitárias, assistenciais e do mundo do trabalho	60	1º
Organização do Trabalho Pedagógico	80	2º
Teorias Educacionais	80	3º
Estágios Supervisionados		
Estágio Supervisionado na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental	60	2º
Estágio Supervisionado na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar	60	3º
Estágio Supervisionado em Formação Pedagógica	60	3º
Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos	90	4º
Estágio Supervisionado na Educação Profissional	90	4º
Estágio Supervisionado na área da Gestão Escolar	60	4º
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES (3)		
Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica	330	1º, 2º, 3º, 4º
Seminário TCC	270	2º, 3º, 4º
Seminário integrador e estudos curriculares	180	1º, 2º, 3º, 4º



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

7 – CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS.

Aplica-se o aproveitamento de estudos aos acadêmicos que tenham realizado outra formação em nível de graduação de forma completa ou parcial em instituições públicas de ensino superior reconhecidas pelo MEC. Desde que haja correlação e afinidade com o perfil do egresso e conclusão do curso em questão.

Poderão ser creditados componentes curriculares cursados nos últimos cinco anos. Para tanto, os componentes curriculares precisam contemplar no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e do conteúdo programático do componente curricular oferecido pelo Ifap.

O acadêmico deverá cursar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos componentes curriculares do seu curso no Ifap.

8 – REGIME ESPECIAL DE APRENDIZAGEM DOMICILIAR – READ.

A concessão do READ garante o retorno do aluno ao período letivo em vigência, possibilitando a continuidade do processo ensino e aprendizagem.

De acordo com a Lei nº. 6.202/75 e o Decreto-lei nº. 1.044/69, são aptos a solicitar a inclusão no Regime Especial de Aprendizagem Domiciliar:

I. a estudante gestante, a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses após o parto. O início e o fim deste período, serão determinados por atestado médico. Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser ampliada a concessão do READ, antes e depois do parto.

II. o(a) estudante com afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas, mediante atestado médico, caracterizadas por:

a) incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais para o prosseguimento da atividade escolar em regime domiciliar;

b) ocorrência isolada ou esporádica.

É de responsabilidade do acadêmico ou representante, protocolar requerimento de solicitação de exercícios domiciliares na Coordenação de Registro Acadêmico ou setor equivalente do IFAP, anexando o Atestado Médico original que deve conter o Código



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Internacional de Doença – CID e a informação de que o acadêmico tem condições de realizar exercícios domiciliares, devendo atentar para os seguintes critérios regulamentados em resolução aprovada pelo CONSUP/IFAP. A ausência as aulas, por questões religiosas ou político filosófica, não serão abonadas ou justificadas, enquadrando-se nos 25% (vinte e cinco por cento) de faltas da carga horaria total do período letivo, conforme dispõe Parecer CNE/CES nº 224/2006.

9 – METODOLOGIA

Como forma de garantir a integralização da formação, torna-se fundamental que a ação docente se utilize de Métodos de ensino que promovam a articulação entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento científico, possibilitando ao acadêmico dominar o objeto de trabalho em sua prática profissional, desenvolver suas percepções e convicções acerca dos processos sociais e de trabalho, formando cidadãos éticos e profissionais qualificados.

Baseado neste fator poderá ser adotado como Métodos de trabalho docente em aulas presenciais:

- ✓ **Aula Expositiva Dialogada** – É adequada para: transmitir conhecimentos; apresentar um assunto de forma organizada; introduzir os alunos em determinado assunto; despertar a atenção em relação ao assunto; transmitir experiências e observações pessoais não disponíveis sob outras formas de comunicação; e sintetizar ou concluir uma unidade de ensino/conteúdo. A aula expositiva acontece geralmente na apresentação de informação verbal pelo professor ao grupo de estudantes, podendo haver entrosamento/questionamentos durante a exposição ou não.
- ✓ **Dinâmica de grupo** – É um processo de decisão e de discussão em grupo, que substitui o método tradicional de transmissão de informações via um único indivíduo. Este tipo de processo tem como objetivos: Desinibir a capacidade criativa dos alunos; Aumentar a produtividade; Aumentar o nível de interação; Proporcionar melhora nos trabalhos coletivos, buscando atingir metas que propiciem eficiência na aquisição de conhecimento; Transformar o potencial do grupo facilitando a harmonia no relacionamento interpessoal.
- ✓ **Trabalho individual e em equipe** – São atividades desenvolvidas pelos alunos de forma dinâmica individualizada ou com outros alunos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

- ✓ **Seminário** – É um procedimento que permite ao aluno atuar de forma ativa, pesquisar sobre determinado tema, apresentá-lo e discuti-lo cientificamente. Proporciona o desenvolvimento de diversas competências, não somente técnicas, mas também de gestão e social, uma vez que lhe dá a oportunidade de pesquisar, trabalhar em equipe, ouvir outras pessoas que abordam assuntos idênticos com enfoques diferentes, etc. Esta técnica deve levar toda a classe a discutir, argumentar, questionar, discordar, levantar novos dados, novos problemas, novas hipóteses, dar sugestões etc.
- ✓ **Leitura prévia** – Esta técnica consiste na distribuição de material prévio com apontamentos para posterior explanação e/ou discussão. É um método interessante uma vez que incentiva não somente o aprendizado, mas o hábito da leitura. Pode ser complementado com uma lista de questionamentos para resolução antecipada, fora da classe e posteriormente, debate em classe, confrontando os diversos entendimentos sob o tema em questão.
- ✓ **Discussão e debate** – Sugere aos educandos a reflexão acerca de conhecimentos obtidos após uma leitura, exposição, visita, palestra, seminário, etc. Oportuniza ao aluno refletir, relatar e opinar, deixando de lado a inibição e trabalhando a defesa de opiniões. Este se mostra bem promissor quando da divisão de grupos antagônicos em relação à forma de pensar, no qual pode ser feita a defesa e contra defesa. Contudo, faz-se importante que ao final deste o professor faça um fechamento, apontado os acertos e erros, à luz da Teoria.
- ✓ **Exposições e visitas** – Este método, extraclasse, é muito interessante para o aprendizado e pode ser estruturado pelo professor de maneira que ocorra interdisciplinaridade entre conteúdos/áreas/componentes curriculares. Nesta técnica há a figura do profissional externo que expõe e apresenta a temática abordada ou a situação vivenciada. Ademais os alunos têm contato direto com o meio, podendo ver, ouvir e até atuar em determinadas situações experimentais. Proporciona, neste sentido, a oportunidade do aluno identificar a praticidade de determinado conteúdo que vem sendo ministrado ou ainda o será.
- ✓ **Palestra e entrevista** – Podem funcionar para enriquecimento de determinado conteúdo ou como atualização de assuntos. Levantando-se uma série de perguntas, cujas respostas deverão ser dadas durante o evento. Pode-se também, em outro momento, fazer um debate em sala de aula sobre a palestra ou entrevista. Permite ao aluno escutar de um profissional da área a abordagem de um conteúdo aliado à aplicação prática. Ademais, são excelentes fontes motivadoras, quando o testemunho vem de profissionais bem-sucedidos e de renome.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

- ✓ **Estudo de casos** – Permite desenvolver a capacidade analítica do aluno para buscar soluções para problemas fornecidos pelo caso. O estudo de caso une a sala de aula às realidades do mundo do negócio. Este consiste em apresentar sucintamente a descrição de uma determinada situação real ou fictícia para sua discussão no grupo. Esta técnica objetiva o desenvolvimento da capacidade analítica do aluno, onde se deve chegar a possíveis soluções para o problema, auxiliando no aprendizado do pensar e de tomar decisões.
- ✓ **Jogos Educacionais** – É um método de ensino simulado que permite ao aluno aprender numa realidade imitada em softwares específicos. A utilização dos jogos estimula os alunos a exercitar as habilidades necessárias ao desenvolvimento intelectual e a tomada de decisões, uma vez que trabalha com conhecimento, intuição e raciocínio. Podem ser de caráter geral, quanto foca as habilidades gerenciais; e de caráter funcional, quando são elaborados para desenvolver habilidades em áreas específicas.

Recomenda-se, ainda, como métodos de ensino ações que possibilitem desenvolvimento intrínsecos ao processo cognitivo de apreensão de conhecimento criado a partir de vivências e outras formas de aquisição de conhecimento de base científica e que possa direcionar ou atribuir valoração acadêmica no processo de aprendizagem. Utilizando-se como referenciais:

- ✓ **Portfólio** – Conjunto de trabalhos realizados pelo acadêmico durante período de tempo determinado pelo professor ou sugerido pelo aluno, sendo organizado e armazenado em pasta catálogo padrão;
- ✓ **Estudo Dirigido** – Técnica fundamentada no princípio didático de que o professor não ensina: ele é o agilizador da aprendizagem, ajuda o aluno a aprender. Ele é o incentivador e o ativador do aprender. Cabendo ao professor toda orientação sobre as etapas e as formas mais eficazes de estudar sozinho ou em grupo;
- ✓ **Lista de Discussão por meios informatizados** – É uma comunidade colaborativa virtual que se reúne em torno de interesses determinados, se operacionaliza por meio de e-mail (correio eletrônico), aplicativos de redes sociais ou ambiente virtual de aprendizagem. Tendo como moderador o professor interessado em criar a lista. Os participantes cadastrados pelo professor obedecem as regras previamente pactuados entre a turma e o moderador;
- ✓ **Exercícios com solução de problemas** – Serve para implementar o processo de aprendizagem adquirida em sala. Exercícios para desenvolvimento do raciocínio são os mais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

indicados, ajudam na construção da memória de longo prazo.

- ✓ **Atividades ou Grupos de Verbalização e de Observação (GV/GO)** – GV é indicado para auxiliar no desenvolvimento da capacidade de manifestar-se dentro de sala de aula, exercitar o discurso oral e construir capacidade de elaboração de síntese verbal. Enquanto que as atividades de GO pode auxiliar o aluno a desenvolver a capacidade de ouvir, ajudando-o na ampliação do conhecimento do outro. Na utilização deste método não é recomendado atribuição de nota ou conceito quantitativo/qualitativo;
- ✓ **Simpósio** – Tem por objetivo discutir assunto do conhecimento de todos em determinada disciplina. A finalidade é difundir pesquisas e inovações que são de interesse comum entre a turma e que podem ajudar no processo de ensino-aprendizagem. O professor deve conduzir todos os momentos de orientação ou delegar para algum acadêmico;
- ✓ **Painéis** – Ferramenta visual de comunicação acadêmico-científica. Serve para divulgação de trabalhos acadêmicos, é fonte de informação científica. Torna-se ponto inicial para discussão de trabalhos com colegas intraturma ou extraturma. Deve ser claro, bem organizado, sucinto, ilustrado com figuras e esquemas, mínimo de texto possível. Deve ser feito com a supervisão do professor;
- ✓ **Oficinas** – São momentos voltados para a troca de experiências, desenvolvimento de saberes em torno de assuntos que ocorrem na prática da sala de aula, (re)construção de conhecimento sobre determinado assunto. Sendo realizada dentro ou fora da sala de aula;
- ✓ **Estudo do Meio** – É um método de ensino interdisciplinar que visa proporcionar aos acadêmicos contato direto com determinada realidade. A realidade para análise deve ser cuidadosamente definida pelo professor e este deve ter amplo conhecimento sobre o meio a ser estudado;
- ✓ **Ensino com Pesquisa** – Consiste em o aluno se tornar o ator principal da ação de aprendizagem. Surgindo a ação indissociável entre ensino e pesquisa. O professor deve atuar em todas as etapas como orientador acadêmico. Sugerido como utilização de mensuração qualitativa de apreensão cognitiva;
- ✓ **Júri simulado** – Tem o objetivo de fomentar o protagonismo acadêmico por meio da discussão de temas pertinentes aos conteúdos estudados em sala, correlacionando-os à sociedade. Auxilia no desenvolvimento do senso crítico e amplia competências e habilidades no âmbito da argumentação, oralidade, persuasão, organização de ideias e respeito à opinião.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

As sugestões não se esgotam neste rol, mas soma-se as utilizadas pelo professor.

Para formar profissionais com autonomia intelectual e moral, tornando-os aptos para participar e criar, exercendo sua cidadania e contribuindo para a sustentabilidade ambiental, cabe ao professor formador organizar situações didáticas para que o aluno busque, através de estudo individual e em equipe, soluções para os problemas que retratem a realidade profissional.

A articulação entre teoria e prática assim como das atividades de ensino, pesquisa e extensão deve ser uma preocupação constante do professor.

Dessa forma, a metodologia deverá propiciar condições para que o aluno possa vivenciar e desenvolver suas competências: cognitiva (aprender a aprender); produtiva (aprender a fazer); relacional (aprender a conviver) e pessoal (aprender a ser).

Durante as atividades teórico-práticas, em aulas a distância e em aulas presenciais, é utilizada metodologias ativas de aprendizagem com uso de TICs realizando oficinas, fóruns, discussão de estudos de casos, de filmes, de artigos científicos, situações com soluções de problemas e utilização da metodologia Pear struction para discussão e aprendizagem aos pares.

O aprendizado discente é acompanhado além das avaliações, pelas atividades práticas que visam identificar o nível de entendimento e aprendizado, bem como pelo setor pedagógico, que acompanha rendimento, frequência e dificuldades dos alunos, com intermédio da coordenação.

9.1 – Material Didático:

O curso disponibilizará, ao estudante, materiais importantes para a sua trajetória acadêmica:

- ✓ **Guia do Curso:** material que informa sobre os objetivos, metas e estrutura acadêmica do curso. Nele são encontrados os objetivos e metas, a estrutura curricular, as ementas das disciplinas e a orientação de estudo; sobre a metodologia; sobre o corpo docente; sobre critérios e sistemas de avaliação, calendário das atividades presenciais, direitos e deveres dos acadêmicos e outros aspectos gerais sobre o curso.
- ✓ **Guia Didático das Disciplinas:** organizado e disponibilizado por período – conterà todo o conteúdo e as atividades das disciplinas a serem cursadas, no período, bem como o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

cronograma das atividades de aprendizagem de cada período. A apresentação deste material deve ser clara e direta, observando a linguagem específica da EaD. A apresentação do conteúdo deve fazer referência a outras fontes de informação, em especial, ao livro-texto para o aprofundamento de estudos, sugerindo a indicação de obras já disponíveis para a pesquisa em bibliotecas virtuais e/ou físicas.

- ✓ **Material didático:** utilizado em cada disciplina, será disponibilizado em diferentes formatos e suportes, garantindo múltiplas alternativas de acesso à informação, além de estar disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), será compilado em dispositivo de armazenamento – CD-rom, pen-drive, HD (enviados pelo Correio) e carregado em nuvem compartilhada com os polos.
- ✓ **AVA do curso:** todos os discentes terão acesso a este espaço que conterà, dentre outros recursos, fóruns, chats e múltiplos espaços de interação entre professor, tutores e colegas. Um ambiente de troca de experiências, esclarecimento de dúvidas, se comportando como um local em que o corpo discente e docente se encontrarão permanentemente.
- ✓ **Softwares, vídeos educativos, livros, Biblioteca Virtual, e periódicos** estarão disponíveis nas bibliotecas dos polos e em espaços virtuais.
- ✓ **Repositório de Materiais Digitais Pedagógicos:** Desenvolvido pelos parceiros, em rede, este espaço aglutina materiais produzidos, disponíveis nas áreas das disciplinas do curso. Este ambiente visa instrumentar o aluno no desenvolvimento de sua formação.

10 – GESTÃO DE CURSOS E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

10.1 – Avaliação institucional:

O processo de Avaliação Institucional atua em conformidade com a LDB nº 9.394/96 e suas alterações, Lei nº 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFAP. Sendo esta responsável pela condução dos processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestações de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A avaliação institucional tem por finalidades a melhoria na educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

As avaliações periódicas por meio dos resultados obtidos, tem como objetivo a mitigação e superação de problemas e dificuldades encontradas no curso e na Instituição, manifestadas pela comunidade científica e acadêmica, através de avaliações internas e externas de questões: pedagógicas, administrativas, de infraestrutura, de atendimento aos discentes e docentes, de políticas de ensino, pesquisa e extensão, de conhecimento das Políticas Institucionais, do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) dentre outras.

10.2 – Gestão do curso e processos de avaliação do projeto pedagógico do curso (PPC).

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso é planejada, executada, verificada e atualizada através da gestão do curso formado pela Coordenação de Curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado de Curso, sendo submetida a apreciação e aprovação da Coordenação do Ensino Superior, Direção de Ensino, Direção-Geral, Pró-Reitoria de Ensino e Conselho Superior do IFAP.

10.2.1 – Coordenação de Curso.

A coordenação de curso atua no acompanhamento pedagógico do currículo com base no Projeto Pedagógico de Curso institucionalizado. Tendo por propósito estabelecer relação interdisciplinar e transdisciplinar em conjunto com os docentes.

É de responsabilidade da coordenação de curso:

- ✓ Realizar reunião periódica, com registro em ata em formato digital, com o colegiado para revisão do projeto pedagógico;
- ✓ Realizar reunião, com registro em ata em formato digital, com os professores e alunos do curso para apresentar o curso, bem como informar e orientar os alunos quanto aos regulamentos do curso;
- ✓ Acompanhar e verificar a execução do calendário escolar, junto à secretaria acadêmica;
- ✓ Verificar periodicamente o cumprimento do plano de curso, do calendário acadêmico, conteúdo programático e da carga horária das disciplinas do curso, através dos diários de classe, entrevistas com professores e alunos e acompanhamento no Ambiente Virtual de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Aprendizagem, bem como informações registradas nos relatórios de tutoria a distância e presencial;

- ✓ Prestar orientação e suporte aos docentes e discentes quanto às dificuldades encontradas no ensino das disciplinas;
- ✓ Coordenar, sistematizar e encaminhar as listas de aquisições bibliográficas.
- ✓ Manter bom relacionamento com os alunos, tutores e professores formadores e conteudistas;
- ✓ Viabilizar e propor políticas e práticas pedagógicas;
- ✓ Acompanhar e avaliar os resultados das estratégias pedagógicas e redefinir orientações;
- ✓ Integrar o corpo docente que atua no curso;
- ✓ Analisar junto aos professores a importância de cada conteúdo no contexto disciplinar, considerando documentos oficiais vigentes;
- ✓ Acompanhar e realizar orientações aos discentes;
- ✓ Propor, em conjunto com o corpo docente da área específica ou afim, soluções viáveis que venham a minimizar dificuldades curriculares atinentes aos acadêmicos.

10.2.2 – Núcleo Docente Estruturante – NDE.

Núcleo obrigatório para os Cursos Superiores, responsável pela concepção, condução da elaboração, implementação e consolidação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso;

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é regulamentado e institucionalizado no Ifap e constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Os membros do corpo docente do curso que compõem o NDE que exercem a liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões. O NDE tem as atribuições:

- I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

III – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

10.2.3 – Colegiado de Curso

O Colegiado do curso é um órgão primário de função consultiva e de assessoramento acadêmico para assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as diretrizes da Instituição e LDB.

O Colegiado do curso Superior de Pedagogia – EaD, é regulamentado e institucionalizado conforme Resolução interna, sendo órgão permanente e responsável pela execução didático-pedagógica, atuando no planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades do curso.

10.3 – Procedimentos de acompanhamento de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem.

10.3.1 – Avaliação da Aprendizagem

A avaliação, no Curso de Licenciatura em Pedagogia – EaD, é compreendida como processo, numa perspectiva libertadora, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do aprendiz favorecendo a sua aprendizagem.

Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa no universo pedagógico, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões favoráveis à continuidade do processo de ensino e de aprendizagem.

A avaliação sistemática/formal, processual/contínua e cumulativa, de forma integrada ao processo ensino-aprendizagem, assume as funções dialógica, diagnóstica, processual, formativa e somativa que devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades e que funcione como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Nessa perspectiva, a avaliação dá significado ao trabalho do(a) professor-estudante e docentes e à relação professor-estudante, como ação transformadora e de promoção social em que todos devem ter direito a aprender, refletindo a sua concepção de sociedade, de educação, de ser humano e de cultura.

Avalia-se, portanto, para constatar os conhecimentos dos estudantes em nível conceitual, procedimental e atitudinal, para detectar erros, corrigi-los, não se buscando simplesmente registrar desempenho insatisfatório ao final do processo.

Avaliar está relacionado com a busca de uma aprendizagem significativa para quem aprende e também para atender às necessidades do contexto atual.

Para tanto, o professor-estudante deve saber o que será trabalhado em ambientes de aprendizagem, os objetivos para o estudo de temas e de conteúdos, e as estratégias que são necessárias para que possa superar as dificuldades apresentadas no processo.

Assim, essa avaliação tem como função priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, isto é, o desempenho do professor-estudante ao longo de todo o período letivo, não se restringindo apenas a uma prova ou trabalho, conforme orienta a LDB.

Sendo assim, acreditamos ser de suma importância, a utilização de instrumentos diversificados, pelo professor, que possibilite observar o desempenho do professor-estudante nas atividades desenvolvidas durante seu processo formativo.

Partindo destes princípios, destacamos a avaliação do desempenho, no âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia – EaD, será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, privilegiando atividades como:

- participação em fóruns de discussão;
- elaboração de textos;
- artigos;
- sínteses;
- trabalhos;
- desenvolvimento de projetos;
- provas e;
- por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

A sistematização do processo avaliativo consta na Organização Didática do Ifap e fundamenta-se nos princípios anunciados do Projeto Pedagógico Institucional.

10.3.2 – Critérios de avaliação, etapas avaliativas e instrumentos de avaliação

Os critérios de avaliação da aprendizagem são partes integrantes do processo de formação do futuro profissional da educação na área do conhecimento do curso, devendo ser: sistemático, processual, com predominância de qualitativo sobre quantitativo e por Etapas Avaliativas caracterizadas e distribuídas em um período por um elenco de atividades avaliativas.

Com a finalidade de sistematizar as atividades a serem desenvolvidas em cada componente curricular, o período letivo está dividido em 03 (três) momentos denominados Etapas Avaliativas, subdivididas em Etapa Avaliativa 1(E1), Etapa Avaliativa 2(E2) e Etapa Avaliativa 3(E3), devendo as Etapas serem realizadas em proporcionalidade à carga horária dos componentes curriculares.

Cada Etapa Avaliativa vale quantitativamente 100 (cem) pontos.

Na formação de nota quantitativa referente a cada Etapa Avaliativa, será adotado, no mínimo 2 (dois) Instrumentos Avaliativos (entende-se por “Instrumentos Avaliativos” os recursos utilizados para coleta e análise de dados no processo ensino e aprendizagem, visando promover a aprendizagem dos alunos) diferentes. O instrumento podem ser desenvolvidos e aplicados a critério do professor em ambiente virtual ou presencial.

São considerados instrumentos avaliativos:

- a) Prova** – Tipo de coleta de informação para análise quantitativa que se baseia em questões relacionadas aos conteúdos transmitidos em sala de aula, conforme definido no planejamento docente durante a(s) Etapa(s) Avaliativa(s);
- b) Seminário** – Reunião especializada, de natureza técnica ou acadêmica, que procura levar a cabo estudos aprofundados sobre uma determinada área de conhecimento. O uso de seminário como instrumento de avaliação deve ser utilizado de modo que envolva a participação de todos os acadêmicos. Deve ter o mínimo possível de intervenção do professor no desenvolvimento. Utilizado para análise qualitativa;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

- c) Trabalho** – Diversidade de afazeres solicitado pelo docente ao aluno sobre determinada área de conhecimento. Tem por finalidade detectar deficiências oriundas em sala de aula. Conhecimento não apreendido durante o processo de ensino e aprendizagem.
- d) Teste** – Tipo de coleta de informação para análise quantitativa. Geralmente contém questões relacionadas a determinado(s) conteúdo(s) previamente trabalhados em sala de aula.
- e) Atividade** – Tipo de coleta de informação para análise quantitativa. Visa responder questões abertas ou fechadas de conteúdo específico para fins de fixação;
- f) Exercício** – Tipo de coleta de informação para análise quantitativa ou qualitativa. Baseia-se na premissa de que o conteúdo estudado deve ser repetido quantas vezes forem necessárias para aperfeiçoamento na relação teoria e prática. Dentro da mesma turma os exercícios podem variar de aluno para aluno a critério do docente.

A composição da nota em cada **Etapa Avaliativa (EA)** será calculada da média aritmética da quantidade de **Instrumentos Avaliativos (IA)** e constará da seguinte fórmula:

$EA1 = \frac{IA1 + \dots + IA_x}{x}$	$EA2 = \frac{IA1 + \dots + IA_x}{x}$	$EA3 = \frac{IA1 + \dots + IA_x}{x}$
--------------------------------------	--------------------------------------	--------------------------------------

Onde:

EA= Etapa Avaliativa;

IA = Instrumento Avaliativo;

...Instrumentos avaliativos necessários

x = Quantidade Total de Instrumentos Avaliativos.

Para a composição da nota quantitativa da **Média da Disciplina (MD)** será calculada da média aritmética das Etapas Avaliativas (EA) e constará da seguinte fórmula:

$$MD = \frac{EA1 + EA2 + EA3}{3}, \text{ onde:}$$

MD = Média da Disciplina;

EA1 = Etapa Avaliativa 1;

EA2 = Etapa Avaliativa 2;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

EA3 = Etapa Avaliativa 3.

3 = Quantidade de Etapas Avaliativa

O acadêmico que obtiver **MD** igual ou superior a 40 (quarenta) e inferior a 70 (setenta) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total em componente curricular, terá direito a submeter-se a **Etapa Final (EF)** com objetivo de oportunizar a recuperação de aprendizagem em prazo definido no calendário acadêmico.

O acadêmico que não realizar a **Etapa Final (EF)**, terá a **Média da Disciplina (MD)**, obtida no decorrer das Etapas Avaliativas do período letivo.

A **Média Final da Disciplina** para o acadêmico que realizar a **Etapa Final** será calculada através da seguinte equação:

$$\mathbf{MFD} = \frac{\mathbf{MD} + \mathbf{EF}}{2}$$

Onde:

MFD = Média Final da Disciplina

MD = Média da Disciplina

EF = Nota da Etapa Final

Considerar-se-á aprovado, após a **Etapa Final**, o acadêmico que obtiver **Média Final da Disciplina (MFD)** igual ou maior que 70 (setenta) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no componente.

Será reprovado no componente curricular o acadêmico que deixar de comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas e atividades de cada componente curricular, ressalvados os casos previstos em Lei, independente da média final do componente curricular.

Após a **Etapa Final**, o acadêmico que não alcançar a nota 70 (setenta) em qualquer componente curricular, prosseguirá para o período consecutivo, cursando apenas o(s) componente(s) que não seja(m) pré-requisito(s) da disciplina em que se deu a reprovação. A(s) disciplina(s) sem relação com o pré-requisito poderá(ão) ser cursada(s) normalmente.

10.3.3 – Estudos de aceleração de componente curricular.

Estudos de Aceleração de Componente Curricular é a possibilidade do acadêmico



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

cursar antecipadamente disciplinas a serem ofertadas em períodos seguintes.

Aceleração de Componente Curricular não implica na redução do tempo de integralização do curso.

Tendo em vista Política de Permanência e Êxito dos estudantes, poderá haver estudos especiais de aceleração de componentes curriculares.

O estudo especial de aceleração de componente curricular aplica-se a disciplina que não exija pré-requisito ou que este tenha sido cumprido.

O estudo especial de aceleração de componente curricular consiste na oferta de disciplina, sem redução de carga horária.

O acadêmico poderá se matricular em até dois períodos subsequentes.

A Aceleração de Componente Curricular poderá ser realizada em outros cursos de graduação desde que contemple no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e do conteúdo programático,

Solicitação de estudo especial de aceleração deve ser protocolando na Seção de Gerenciamento de Registros Escolar e Acadêmico (SERESC).

O estudo especial de aceleração de componente curricular não inviabiliza a matrícula do acadêmico em dependência sendo, portanto, dois instrumentos distintos, que possuem a finalidade de garantir permanência e êxito do acadêmico.

10.3.4 – Dependência de componentes curriculares.

O discente que não conseguir rendimento/aprovação em determinado componente curricular ao final do período letivo deverá refazer o componente curricular em regime de dependência. Considera-se dependência de componentes curriculares para o discente retido por reprovação por nota e/ou falta no período regular de oferta do curso.

O acadêmico poderá cursar a dependência no período consecutivo àquele em que foi reprovado, desde que o componente curricular seja ofertado e haja disponibilidade de vaga na turma pleiteada.

Poderá ser ofertada turma excedente no contra turno, caso não exista vagas suficientes na turma regular para todos os acadêmicos em dependência, de acordo com parecer a ser emitido pelo Colegiado do Curso.

Demais casos serão analisados com base na Regulamentação Institucionais do IFAP e quando



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

ausentes será analisado e resolvido pelo NDE.

10.3.3.1 – Período letivo especial (PLE).

Considera-se o período letivo regular a oferta dos componentes curriculares por período conforme matriz curricular e calendário acadêmico, elaborados pela Instituição.

O Período Letivo Especial (PLE) consiste na oferta de componente curricular, sem redução de carga horária e aproveitamento, e será ofertado, mediante decisão técnico-administrativa, de acordo com os casos previstos nas Regulamentações Institucionais do IFAP.

11. CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES

Em consonância com as finalidades e princípios da Educação Superior expressos na LDB nº 9394/96, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- Em qualificações profissionais e ou, ainda, estudos regularmente concluídos em outros Cursos de Educação Superior;
- Em Cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- Em outros Cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por meios informais ou até mesmo em Cursos Superiores de Graduação, mediante avaliação do estudante;
- Por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos adquiridos no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio regido operacionalmente na Organização Didática de cada uma das Instituições parceiras, visando reconhecer o domínio de saberes e competências compatíveis com os enfoques curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso definido no Projeto de Curso.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teórico-práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

este fim. A referida banca deverá ser constituída pela Coordenação do Curso e será composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Instituição.

Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos, habilidades e competências de natureza similar e com igual profundidade daqueles promovidos pelas atividades formalmente desenvolvidas ao longo do itinerário curricular do Curso.

O registro do resultado, deste trabalho, deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do estudante.

No processo deverão constar memorial descritivo especificando os tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.

12. ATIVIDADES ACADÊMICAS

12.1 Atividades complementares (AC)

O Curso de Licenciatura em Pedagogia – EaD, prevê o aproveitamento de experiências extracurriculares como Atividades Complementares com o objetivo de enriquecer a qualificação acadêmica e profissional dos estudantes. Estas atividades vinculam-se ao “Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular” apontado na Resolução CNE/CP Nº 2/2015 ou ao “Núcleo de Estudos Integradores”, conforme Res. CNE/CP Nº 1/2006, e objetivam promover a flexibilização curricular, permitindo a articulação entre teoria e prática, além de estimular a educação continuada dos egressos do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

De acordo com o art. 12, III da Resolução CNE/CP Nº 2/2015, temos:

III – núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Enquanto a Resolução que CNE/CP Nº 1/2006, em seu art. 6º, III, diz: *um núcleo de estudos integradores que proporcionará enriquecimento curricular e compreende participação em:*

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de educação superior;

b) atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) atividades de comunicação e expressão cultural.

Com a função de enriquecer os processos de ensino e de aprendizagem, as Atividades Complementares devem ser cumpridas pelo estudante desde o seu ingresso no Curso, totalizando a carga horária estabelecida na matriz curricular, em conformidade com o perfil de formação previsto no Projeto Pedagógico de Curso.

Para integralizar as 200h, o estudante deverá executar pelo menos cinco diferentes atividades descritas no quadro 3 referente ao anexo II.

A atribuição de valores correspondente a atividade de formação do estudante associado ao nível de dificuldade da atividade desenvolvida como atividades complementares do Curso de Licenciatura em Pedagogia – EaD.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Quadro 3. Limites mínimo e máximo de horas por Atividade Complementar – AC

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	C.H. por atividade	Limite Máximo	Documento Comprobatório
Videoconferências	2 horas	10 horas	Declaração e/ou atestado de participação
Projetos de Ensino	10 horas	30 horas	Declaração e/ou atestado de participação
Projetos de Extensão	10 horas	30 horas	Declaração e/ou atestado de participação
Eventos técnicos científicos	8 horas	16 horas	Declaração e/ou atestado de participação
Monitorias	20 horas	60 horas	Atestado da Instituição
Aproveitamento de estudos	10 horas	10 horas	Documento comprobatório da Instituição em que cursou a Disciplina e Programa da disciplina devidamente assinada pela Instituição
Participação em cursos de curta duração	8 horas	20 horas	Declaração e/ou atestado de participação com carga Horária
Trabalhos publicados em revistas indexadas	10 horas	50 horas	Cópia do artigo com ISSN
Trabalhos publicados em revistas não indexadas	5 horas	10 horas	Cópia do artigo com ISSN
Apresentação de trabalhos em eventos científicos	5 horas	20 horas	Certificação de participação com o nome do trabalho apresentado
Aprovação ou premiação em concurso	5 horas	10 horas	Certificação da Instituição premiadora
Atividades de gestão	10 horas	40 horas	Declaração e/ou atestado de participação
Permanência no Polo quando da visita do tutor à distância e/ou professor	2 horas	60 horas	Declaração e/ou atestado do Tutor e/ou Professor
Trabalho de campo de pesquisa	20 horas	60 horas	Documento da Instituição e/ou local em que foi executada a pesquisa junto com a cópia do projeto.
Atividades culturais	2 horas	20 horas	Declaração e/ou atestado de participação

As atividades complementares constituem-se componentes curriculares destinados a estimular práticas de estudo independente e a vivência de experiências formativas particularizadas, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

Sendo estas compreendidas como um conjunto opcional, no curso de Licenciatura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

em Pedagogia – EaD, de atividades didático-pedagógicas previstas no Projeto Pedagógico de Curso, cuja natureza vincula-se ao perfil de egresso do Curso.

Sendo que a integralização da carga horária destinada às atividades complementares é resultante do desenvolvimento de variadas atividades selecionadas e desenvolvidas pelo aluno ao longo de todo seu percurso formativo, conforme podemos notar no quadro 3, em conformidade com a tipologia e os respectivos cômputos de cargas horárias parciais previstos para o curso.

Desse modo as Atividades Complementares podem ser desenvolvidas nas dependências dos Institutos, em outras Instituições de Ensino, ou em programações oficiais promovidas por outras entidades, desde que reconhecidas pelo Colegiado, Coordenação de Curso ou Núcleo Docente Estruturante.

12.2 Estágio Curricular/Supervisionado

O estágio curricular/supervisionado caracteriza-se como atividade integradora do processo de ensino e de aprendizagem, constituindo-se como interface entre a vida escolar e a vida profissional.

Nessa perspectiva, constitui-se como uma atividade acadêmica e pedagógica, intencionalmente planejada, tendo como foco a reflexão propositiva e reconstrutiva dos variados saberes profissionais.

A matriz curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia – EaD, contempla o Estágio Supervisionado, de caráter obrigatório, integrando a carga horária mínima estabelecida para o Curso.

O estágio deve ser realizado em Instituições de Ensino pública ou privada, tendo em vista a proposta de formação e a natureza da área de atuação profissional do egresso, cujas atividades demandam o desenvolvimento de competências técnicas e didáticas na atuação junto à docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação Profissional na área de serviços de apoio escolar, na Formação Pedagógica de Professores, na Educação de Jovens e Adultos e na Gestão Escolar.

O Estágio Supervisionado terá duração mínima de 420 horas realizado a partir do segundo ano do Curso.

A modalidade operacional do Estágio Supervisionado no Curso encontra-se



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

descrita em Resolução Interna que trata sobre Regulamentação de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP complementado pelo Regulamento de Estágio do Curso de Licenciatura em Pedagogia. **(Anexo I)**

12.2.1 Concepção e composição do estágio curricular

· **Estágio Não obrigatório.**

Entende-se que o “estágio curricular não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória” (Lei nº 11.788, art. 2º §2º).

A não exigência desta prática profissional, estágio, ainda que não obrigatório, poderá ser realizado pelo discente, tendo suas horas integralizadas como atividades complementares. Sua prática será orientada por legislação específica e está regulamentada institucionalmente pelo CONSUP/IFAP.

Esta modalidade de estágio poderá ser realizada externamente ao IFAP e dará ao aluno a oportunidade de vivenciar experiências práticas a partir do segundo ano do curso. A realização do estágio curricular não obrigatório através do vínculo com empresas públicas e/ou privadas, instituições de ensino e/ou pesquisa, em órgãos de administração pública, indústrias, laboratórios, projetos de pesquisa e ONGs.

· Estágio obrigatório

O Estágio Supervisionado no curso Superior de Licenciatura em Pedagogia – EaD, constitui uma das fases mais importantes na vida dos acadêmicos e cumpre as exigências da Lei de Estágio nº 11.788, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), da Regulamentação Institucional de Estágio do IFAP e da Resolução CNE/CP nº 2 de 01 de julho de 2015, proporcionando ao discente o domínio de instrumentos teóricos e práticos necessários ao desempenho de suas funções. Especificamente, busca-se, através dessa prática, favorecer a vivência e promover o desenvolvimento no campo profissional dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso, bem como, favorecer por meio da diversificação dos espaços educacionais, a ampliação do universo cultural dos estagiários.

Outros objetivos previstos nessa proposta são desenvolver habilidades, hábitos e atitudes pertinentes ao exercício da docência e criar condições para que os estagiários atuem com maior segurança e visão crítica em seu campo de trabalho.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

O estágio supervisionado é uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico torna-se importante no processo de formação docente, pois proporciona aos futuros professores, um contato imediato com o ambiente que envolve o cotidiano de um educador.

Pensar a educação é pensar a prática de alunos e dos profissionais da educação e a maneira pela qual essa prática possa vir a garantir um nível de ensino eficaz e adequado às condições sociais, políticas, econômicas e culturais dos cidadãos da região, contribuindo, por conseguinte, com a transformação do contexto no qual a educação é parte.

A formação dos futuros docentes deverá ser conduzida dentro de uma base teórica sólida articulada com a prática de ensino, sendo, portanto, o início da vivência profissional, supervisionada pela instituição formadora. Além disso, é no âmbito do processo que se consolida à relação entre a teoria e a prática.

Essencialmente, a educação é uma prática intencionada pela teoria. Entende-se que ela faz parte de todos os componentes curriculares e sugerimos várias modalidades de articulação direta com as escolas e demais instâncias, nas quais os acadêmicos atuarão, apresentando formas de estudo, análise e problematização dos saberes nelas praticados.

Os desafios são muitos para o Licenciado. O perfil desse profissional deve buscar uma formação competente para um sistema de ensino aberto e participativo.

O estágio curricular supervisionado é um momento de contato do acadêmico com a vida cotidiana da escola, nela vivenciando a realidade de seu campo de trabalho, proporcionando-lhe a observação, a análise e a reflexão acerca da prática educativa e, conseqüentemente, a dinamização da escola, a integração do corpo docente e discente, além da participação ativa nas práticas pedagógicas.

O estágio curricular supervisionado é entendido como um momento de aprendizagem, no qual o formando exerce in loco atividades específicas da sua área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado.

O Parecer CNE/CES nº 15/2005 destaca:

(...) o estágio supervisionado é um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático.

No Curso de Licenciatura em Pedagogia – EaD, prevê-se a oferta de estágio não-obrigatório, em caráter opcional e acrescido à carga horária obrigatória, assegurando ao estudante a possibilidade de trilhar itinerários formativos particularizados, conforme seus interesses e possibilidades.

A modalidade de realização de estágios, não obrigatórios, encontra-se normatizada no regulamento de estágio de cada Instituição Ofertante.

12.2.2 A Estrutura curricular do estágio supervisionado.

O estágio supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia – EaD do IFAP é dividido em momentos a partir do segundo ano, cumprindo a carga horária de 420 horas.

A distribuição de cada componente curricular de estágio supervisionado é descrita nas atividades do quadro abaixo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
 PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Quadro 4. Descrição das atividades realizadas no Estágio Supervisionado.

Atividades	Estágio Supervisionado na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental (em horas)	Estágio Supervisionado na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar (em horas)	Estágio Supervisionado em Formação Pedagógica	Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos (em horas)	Estágio Supervisionado na Educação Profissional (em horas)	Estágio Supervisionado na área da Gestão Escolar (em horas)
Plano de estágio	5	15	5	10	10	15
Observação e Diagnóstico	10	15	10	15	15	15
Intervenção	20	15	20	30	30	15
Relatório Final	5	15	5	5	5	15
Encontros em Sala	20	0	20	30	30	0
Carga Horária Total	60	60	60	90	90	60



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

O curso terá seis momentos de estágios, conforme quadro 4, perfazendo total de 420h durante a integralização do curso. Todos os momentos de estágio estão subdividido nas seguintes atividades:

1. Plano de estágio;
2. Observação e Diagnóstico;
3. Intervenção;
4. Relatório Final e;
5. Encontros em Sala;

O primeiro momento de Estágio será na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, desenvolvido no segundo ano, tendo carga horária total de 60h; o segundo será no terceiro ano, desenvolvido na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar com carga horária total de 60h; o terceiro estágio supervisionado será no terceiro ano também, em Formação Pedagógica com carga horária total prevista de 60h; o quarto momento será na Educação de Jovens e Adultos e terá carga horária total de 90h durante o quarto ano; o quinto estágio supervisionado será na Educação Profissional com previsão de carga horária total de 90h e o último estágio será em na área da Gestão Escolar com carga horária de 60h, ambos no quarto ano também.

Os Estágios Supervisionado na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar e Estágio Supervisionado na área da Gestão Escolar não terão atividades de “Encontros em Sala” devido às peculiaridades destes. Sendo assim, eles se desenvolverão somente nas atividades de “Plano de estágio”, “Observação e Diagnóstico”, “Intervenção” (a critério do professor de estágio) e “Relatório Final”.

O professor-orientador deverá preencher o diário de classe, descrevendo os conteúdos programáticos orientados e acompanhados conforme descrito no quadro 4, informando os detalhes das atividades.

Os Estágios poderão ser desenvolvidos em ambiente de formação escolar oficial de personalidade jurídica pública ou privada.

12.2.3 Avaliação do Estágio Supervisionado.

Os alunos matriculados em Estágio Supervisionado serão acompanhados pelo **professor orientador**, devendo este ser o próprio professor do componente curricular destas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

disciplinas, e pelo **professor supervisor** da escola concedente durante o desenvolvimento de práticas pedagógicas. O supervisor, designado pela escola concedente, deverá ser obrigatoriamente um professor, pedagogo, Técnico em Assuntos Educacionais ou outra pessoa com experiência comprovada de, no mínimo, um ano na área do estágio indicado para a função.

A avaliação do aluno estagiário será de forma qualitativa e quantitativa e será realizada pelo **professor orientador** e pelo **Professor supervisor** da escola estagiada em formulários próprios desenvolvidos para tal fim.

A **avaliação quantitativa** compreenderá os resultados alcançados pela avaliação do Plano de Estágio, pelas fichas de acompanhamento do Estagiário, pelas fichas de avaliação, pelos relatórios e pelo cumprimento da carga horária de estágio na Unidade de Ensino (Escola Concedente).

A **avaliação qualitativa** compreenderá a apreciação do desempenho do aluno estagiário frente as competências inerentes a função docente. Os itens de avaliação de desempenho do estagiário – aluno será desenvolvido pelo Coordenador de Curso e submetido a apreciação do Núcleo Docente Estruturante em questionário próprio.

A elaboração do **Plano de Estágio**, escrito pelo estagiário – aluno, com auxílio do professor-orientador, deverá ter embasamento teórico, contendo justificativa, descrição dos objetivos e das metodologias e cronograma de atividades a serem realizadas, devendo ser analisadas e aprovadas pelo professor orientador e pelo professor supervisor.

Os registros das **observações e diagnósticos** deverão conter apontamentos das necessidades verificadas *in loco*, propondo alternativas da realidade do campo de estágio, tais como: organização didático-pedagógica, currículo e práticas efetivas docentes entre outros.

Os registros das **intervenções** na qual o aluno estagiário faz uso da prática docente deverão conter registro real das aulas ministradas, com reflexões sobre as práticas.

A nota final dos Estágios Supervisionados está condicionada da avaliação, pelo professor orientador, das documentações preenchidas e entregues pelos licenciandos, tais como: plano de estágio; ficha de observação e diagnóstico; ficha de intervenção; relatório final e ficha de encontros em sala; além de relatório contendo descrição do desempenho dos alunos estagiários nas unidades concedentes, assinada por quem acompanhou o desenvolvimento das atividades de estágio.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Após a avaliação do professor-orientador, ele atribuirá a nota final na escala de 0,0 a 100,0 pontos. Será considerado aprovado o acadêmico que obtiver média igual ou superior a 70,0 (setenta) pontos no Estágio curricular, conforme dispõe a regulamentação didático-pedagógica do ensino superior.

12.2.4 Atribuições do professor-orientador de estágio.

Cabe ao professor-orientador de Estágio:

- I. Orientar os licenciandos quanto à escolha da Escola Parceira, formalizando, juntamente com a Coordenação de Estágio, o Estágio Curricular Supervisionado a ser desenvolvidos na escola parceira;
- II. Realizar, com a Coordenação de Estágio, os procedimentos necessários quanto ao estabelecimento e cadastro de parcerias com as unidades escolares para a realização de Estágios Supervisionados;
- III. Orientar o processo de desenvolvimento do Estágio, articulando aspectos como conhecimentos, habilidades e competências do licenciando;
- IV. Supervisionar o Estágio, quanto a parceria estabelecida, estando a disposição para o trabalho em conjunto com o professor supervisor parceiro da escola concedente;
- V. Orientar e auxiliar os licenciandos quanto ao preenchimento das planilhas de horas de Estágio a serem desenvolvidas, bem como quanto ao relatório de Estágio, ambos a serem entregues ao final do período letivo em que ocorreu o Estágio e todos os documentos relativos à prática de estágio;

12.2.5 Atribuições do Estagiário.

Compete ao estagiário:

- I. Fazer contato, seguindo orientações do professor-orientador, com o local onde será desenvolvido as atividades de Estágio, a fim de que possa ser aceito enquanto estagiário;
- II. Levar, de imediato, para ciência do Professor Orientador de Estágio, todas as situações que se apresentarem impeditivas para a realização do Estágio, a fim de que providências possam ser tomadas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

- III. Trabalhar em parceria com o professor supervisor do local onde o Estágio está sendo desenvolvido, buscando mostrar atitudes de disposição, interesse e empenho, para que o Estágio seja significativo para o local da parceria, o estagiário e o Instituto Federal do Amapá;
- IV. Elaborar um plano de estágio, a ser aprovado pelo professor orientador de Estágio e pelo supervisor do local em que estiver estagiando.

12.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O Trabalho de Conclusão de Curso é a síntese e a produção da vida acadêmica, o qual será finalizado com apresentação e entrega do documento na Coordenação do Curso ou setor equivalente. Além de ser uma atividade de integração de conhecimentos, constitui-se em uma forma de contribuir na formação do graduando.

O Trabalho de Conclusão de Curso é um componente curricular obrigatório sendo condição necessária a sua elaboração, construção, apresentação, defesa e depósito, após correção, para a integralização do curso.

Considerando a concepção curricular do curso, prevê-se a realização de Trabalho de Conclusão de Curso monográfico sob forma de artigo com defesa pessoal perante a banca de defesa.

Para assegurar a consolidação dos referidos princípios, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será realizado de acordo com as diretrizes institucionais descritas na Organização Didática do Ifap, e com organização operacional prevista na Resolução que Regulamenta o Trabalho de Conclusão de cursos no Instituto Federal do Amapá conjunto ao Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia (Anexo III)

11.3.1 Trabalho de Conclusão de Curso I - Seminário de Conclusão de Curso I (TCC I)

Para o desenvolvimento do TCC I, o professor do componente curricular conduzirá um pré-projeto de TCC, tendo aprovação condicionada conforme o item de Avaliação da Aprendizagem da Regulamentação Didático – Pedagógica do Ensino Superior. Fica a critério do professor da disciplina definir o modo de avaliação dos períodos avaliativos EA1 e EA2 e deve ser utilizado a defesa de qualificação como o terceiro período avaliativo EA3, conforme descreve os Procedimentos de Elaboração de Pré-projeto de TCC constante na Regulamentação do TCC.

11.3.2 Trabalho de Conclusão de Curso II e III Seminário de Conclusão de Curso (TCC II e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

III).

No desenvolvimento do TCC II e III cada grupo de pesquisa terá a orientação de um professor (professor-orientador) de seu curso de graduação, sendo aprovação condicionada aos procedimentos de Avaliação do TCC conforme consta na Regulamentação do TCC, e tendo sua carga horária computada e integralizada na matriz curricular.

Cada professor-orientador poderá orientar no máximo 4 (quatro) duplas de orientação, devendo cumprir carga horária semanal de orientação de 2 horas-aula por dupla.

Para a composição da banca de avaliação do TCC II deverá ser composta de três a cinco membros avaliadores, dentre eles o professor-orientador (docente do curso e presidente da banca) e docentes do colegiado do curso. A banca de avaliação somente poderá executar seus trabalhos com no mínimo dois avaliadores pertencentes ao quadro de professores do curso. A banca pode ser composta com a participação do coorientador, obrigatoriamente, pertencente de IES ou Instituições de Pesquisa.

O servidor técnico-administrativo do IFAP poderá participar da banca de avaliação de TCC II, desde que atenda aos requisitos mínimos requeridos.

A nota atribuída na disciplina TCC será formada a partir da média aritmética da banca avaliadora. O responsável pela disciplina II e III será o professor-orientador deverá seguir os procedimentos presentes na Regulamentação de TCC.

A entrega da versão final do Trabalho de Conclusão de Curso deve ser feita na coordenação do curso pelo orientando em capa dura, seguindo as normas e procedimentos descritos pela biblioteca.

11.3.3 Trabalho de conclusão de curso através de artigo científico

Serão aceitos como integralização do TCC trabalhos realizados através de produção de artigos científicos referentes aos temas de pesquisas, publicado em revistas especializadas indexadas e classificadas com Qualis A ou B pela CAPES.

O artigo científico deverá ser elaborado, aceito e/ou publicado entre o semestre inicial de matrícula até o penúltimo semestre de realização do curso.

Caso o artigo não seja aceito e/ou publicado até o fim do penúltimo semestre, o estudante terá que apresentar uma modalidade de TCC nas formas supracitadas. O artigo, aceito e/ou publicado em revista com Qualis/Capes, deverá conter o orientador como um dos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

autores.

12.4 Atividades de Monitoria.

Regulamentado por Resolução Institucional aprovada pelo Conselho Superior do IFAP a Monitoria é uma modalidade específica de aprendizagem. A monitoria é uma atividade acadêmica que busca contribuir para o desenvolvimento dos acadêmicos, envolvendo-os no espaço de aprendizagem e proporcionando o aperfeiçoamento do processo de formação e a melhoria da qualidade do ensino.

A atividade de monitoria poderá ser realizada através de duas modalidades distintas:

- ✓ Monitoria com direito ao recebimento de bolsa, ofertada através de Edital próprio.
- ✓ Monitoria voluntária, sem direito à remuneração.

O regime de trabalho do programa de monitoria não implica em nenhum tipo de relação ou vínculo empregatício entre o acadêmico e o IFAP. O Monitor exerce suas atividades sob orientação do professor/tutor responsável que zelará pelo fiel cumprimento das atividades previstas. O horário das atividades do Monitor não pode, em hipótese alguma, prejudicar as atividades discentes, sendo atribuída carga horária compatível com as atividades de aula do educando.

O exercício da monitoria do acadêmico do Ensino Superior é vinculado a um componente curricular e deverá ter acompanhamento periódico do professor-orientador que elaborará, em cada período, um plano de trabalho com atividades previstas.

12.5 Semana Acadêmica.

A Semana Acadêmica é uma atividade a ser realizada pela coordenação do curso, visando despertar nos alunos atitudes ligadas ao aprimoramento do conhecimento profissional, científico, tecnológico, artístico e cultural, bem como às inerentes aos aspectos de organização e participação em eventos.

O principal objetivo, além da ampliação de conhecimento, será a aproximação entre a comunidade acadêmica, empresários, Estado e sociedade como um todo.

A Semana Acadêmica será conduzida pelos acadêmicos com apoio da coordenação, docentes e gestores ligados ao curso no *campus*, devendo ser realizada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

anualmente.

12.6 Visitas Técnicas.

A coordenação do curso em conjunto com os docentes desenvolverá programação de visitas técnicas a empresas e a eventos da área do curso, com objetivo de proporcionar aproximação dos alunos com os Arranjos Produtivos Locais (APL). Tais visitas devem ser articuladas com componentes curriculares para promover discussão e articulação dos conteúdos teóricos estudados em sala de aula com a prática do mercado de trabalho.

12.7 Projetos de Iniciação Científica.

Os Projetos de Iniciação Científica representam um importante instrumento para a complementação da formação acadêmica de estudantes visando despertar o aluno para a vocação científica, desenvolver habilidades e competências para o trabalho sistemático de pesquisa e de elaboração de trabalhos científicos.

As bolsas de Iniciação Científica poderão ser concedidas pelos órgãos de fomento ou iniciativa privada e também por projetos de pesquisa em demandas individuais dos docentes. As bolsas são oferecidas atendendo critérios estabelecidos em Edital próprio.

13. APOIO AO DISCENTE.

13.1 Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil tem como objetivos ofertar apoios de permanência e de formação acadêmica aos alunos, visando contribuir para a redução dos índices de evasão, bem como dar oportunidade aos discentes regularmente matriculados e que não possuam, comprovadamente, condições socioeconômicas de deslocamento, entre outros fatores que impactem diretamente no processo de ensino e aprendizagem.

No IFAP, a Assistência Estudantil é regulamentada através de Resolução Institucional e aprovada no Conselho Superior (CONSUP) e tem como parâmetros os princípios gerais do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do Ministério da Educação.

O campus oferece os seguintes auxílios:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

- ✓ **Auxílio-transporte** – Consiste na concessão de valor financeiro mensal para custear despesas com transporte coletivo ou não durante o período/ano letivo. O valor do auxílio poderá variar de acordo com a situação de vulnerabilidade socioeconômica do requerente;
- ✓ **Auxílio-alimentação** – Consiste na concessão de auxílio financeiro mensal, para a refeição diária durante o período/ano letivo. Somente estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada podem solicitar este tipo de auxílio;
- ✓ **Auxílio-moradia** – Destina-se ao custeio mensal de despesas com pagamento de locação de imóvel que sirva de residência habitual. Pago quando o campus não dispuser de alojamento ou quando houver alojamento e estes sejam insuficientes;
- ✓ **Auxílio Material Didático** – Caracteriza-se pela oferta de condições para aquisição, uma vez ao ano, de material didático, conforme a necessidade do estudante que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada;
- ✓ **Auxílio Uniforme** – Consiste no repasse de auxílio financeiro, uma vez ao ano, ao estudante para compra do uniforme padrão do Ifap (camisa, calça ou saia jeans, tênis, roupa de educação física, jaleco e agasalho), ao estudante que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada.

Todos os auxílios descrito serão objeto de edital próprio de acordo com a modalidade de curso.

13.2 Assistência psicopedagógica e de saúde.

Cada polo poderá traçar políticas visando assistência à saúde psicológica e pedagógica dos discentes, de acordo com o 7.234 de 19 de junho de 2010 que dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil, bem como na Resolução nº 104/Consup/Ifap, de 27 de Novembro de 2017 que Aprova a Regulamentação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – Ifap.

13.2.1 Acessibilidade metodológica.

As metodologias e técnicas de aprendizagem são priorizadas, por meio de adaptações curriculares de conteúdos programáticos, no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia - EaD.

A Comunidade Acadêmica, em especial, os professores concebem o conhecimento, a avaliação e a inclusão educacional; promovendo processos de diversificação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

curricular, flexibilização do tempo e a utilização de recursos a fim de viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência.

Para o acompanhamento dessas demandas, está disponível a todos os discentes o Suporte Pedagógico, o Programa de Nivelamento e o Apoio Psicopedagógico, por meio do NAPNE, Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas.

13.2.2 Educação Inclusiva

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino, respeitando as diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, cultural, socioeconômica, entre outros.

Dessa forma, com base na Política de Inclusão e Acessibilidade do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), o Curso de Licenciatura em Pedagogia – EaD, contempla ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais:

I. pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidando o direito das pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas habilidades/Superdotação, sendo o Núcleo de Apoio as Necessidades Específicas (NAPNE), o articulador destas ações, acompanhado de equipe multiprofissional do Campus.

II. gênero e diversidade sexual: e todo o elenco que compõe o universo da diversidade para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural, contemplando em ações transversais, tendo como articulador destas ações o Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGED).

III. diversidade étnica: voltados para o direcionamento de estudos e ações para as questões étnico-raciais, em especial para a área do ensino sobre África, Cultura Negra e História, Literatura e Artes do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003 e das questões Indígenas, Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas, ficando a cargo do Núcleo de Educação Afro-brasileira e Indígena (NEABI).

Para a efetivação da Educação Inclusiva, o Curso de Licenciatura em Pedagogia – EaD, considera todo o regramento jurídico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, instituído na Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/1996); na Política de Educação Especial



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008; no Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida; no Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; no Decreto nº 7.611/2011 que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado; na Lei nº 12.764/2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; no parecer CNE/CEB nº 3 de 2013, o qual trata da Terminalidade Específica e na Lei nº 13.146/ 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A partir das referidas referências legais apresentadas, o Curso de Licenciatura em Pedagogia – EaD, assegura currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as necessidades individuais dos estudantes. Contempla ainda em sua proposta a possibilidade de flexibilização e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, das metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, dos processos de avaliação compreensiva, da terminalidade específica, adequados ao desenvolvimento dos alunos e em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória. Bem como, a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, atendendo às características dos estudantes com deficiência, garantindo o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, favorecendo ampliação e diversificação dos tempos e dos espaços curriculares por meio da criatividade e inovação dos profissionais de educação, matriz curricular compreendida com propulsora de movimento, dinamismo curricular e educacional.

13.3 Ações de permanência e êxito.

Ações estratégicas institucionais sobre Permanência e Êxito dos Estudantes do Ifap estão traçadas na Resolução 36/2016 que aprova o Programa Estratégico Institucional de Permanência e Êxito De Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Este Programa é periódica mente revisado pelo Ifap, com objetivo de traçar políticas estudantis que possibilitem a continuidade da vida acadêmica do discente durante integralização do curso de Superior de Licenciatura em Pedagogia - EaD.

13.4 Mobilidade acadêmica.

A política de Mobilidade no Ifap foi instituída pela Resolução nº 01/Consup/Ifap, de 26 de Janeiro de 2018 que aprovou a Regulamentação da Mobilidade Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP.

14. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

14.1 Local das aulas presenciais

Os polos de apoio presenciais dos cursos a distância, que são mantidos no Programa de Educação a Distância/IFAP e ofertados nos *campi* Santana, Macapá, Laranjal do Jari, Porto Grande, *campus* Avançado e Oiapoque e Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, contam com sala de apoio didático-pedagógico, com a função de prover material de apoio ao discente, dando condições de pesquisa, elaboração de trabalhos, leituras, atividades individualizadas ou em grupos, entre outras atividades que possam complementar a sua formação.

As salas de apoio didático-pedagógico são organizadas pelos coordenadores de polo e assistidas pelos tutores presenciais, que prestam apoio e viabilizam a sua utilização como um espaço de leitura, apoio à produção de trabalhos acadêmicos e desenvolvimento de atividades formativas em geral.

Ainda faz parte desse contexto o Laboratório de Informática que, de acordo com o polo, possui de 30 unidades computacionais completas ou mais (com CPU, monitor, teclado, *mouse* e *web camera*), interligados em rede e com acesso à internet. É por meio deste laboratório que os estudantes desenvolvem suas atividades on-line. Os laboratórios são climatizados, possuem recursos para aulas, tais como quadro-branco, mesas e cadeiras, além de equipamentos de projeção.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

14.2 Ambientes Administrativo e Pedagógico.

Os *campi* onde funcionam os polos presenciais contam com:

Salas de Aula: 40 carteiras escolares, quadro branco, mesa para uso do professor, com disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia; cadeira acolchoada, condicionadores de ar;

Sala de Professores: Composta de mesas grandes, cadeiras acolchoadas, armários individuais para cada professor, televisor 55 polegadas, condicionador de ar, área reservada para planejamento que conta com cabines individuais ou em grupo e computadores com acesso à internet, uma copa e sanitários, bebedouro, micro-ondas e cafeteira;

Sala de Coordenação de Curso: Composta por mesas, poltrona com braços e rodízios, armários, cadeiras acolchoadas, central de ar e computador com acesso à internet.

Salas do Setor de Assistência ao Estudante (SAE): Composta por estações de trabalho, poltronas com braços e rodízios, diversos armários, computadores com acesso à internet, bebedouro, central de ar, cadeira de rodas, cadeiras acolchoadas para atendimento ao público.

Sala de Coordenação de Registro Acadêmico: Contém mesas de trabalho, armários, poltronas com braços e rodízios, cadeiras acolchoadas, central de ar, bebedouro, computadores com acesso à internet.

Sala de Direção de Ensino: Estruturada com estações de trabalho, poltronas com braços e rodízios, cadeiras acolchoadas para atendimento, rack, armários diversos, computadores com acesso à internet e central de ar;

Sala de Departamento de Apoio ao Ensino (Setor Pedagógico): Estações de trabalho, poltronas com braços e rodízios, cadeiras acolchoadas para atendimento, armários de tamanhos diversos, estantes em madeira para acomodar retroprojetores, computadores com acesso à internet, central de ar, cafeteira, bebedouro;

Sala de Departamento de Pesquisa e Extensão: Composta por estações de trabalho, poltronas com braços e rodízios, cadeiras acolchoadas para atendimento, armários médio e alto, computadores com acesso à internet e central de ar;

Sala de Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

composta por estação de trabalho, poltrona com braços e rodízios, cadeiras para atendimento, armário alto, estante com material bibliográfico específico, computador com acesso à internet e central de ar;

Sala de Direção Geral/Secretaria de Gabinete: Estações de trabalho, poltronas com braços e rodízios, rack, armários médios, mesa redonda, cadeiras acolchoadas, impressora, mesa de apoio, nobreak, computadores com acesso à internet, central de ar, data-show e gaveteiros;

Auditório: Com mais de 150 lugares, camarim, projetor multimídia, notebook, sistema de caixas acústicas e microfones;

Lanchonete: Serviço terceirizado mediante Concessão de uso a título oneroso, de espaço físico, situado na parte interna de cada *campus*.

Plataforma de acessibilidade: Funciona como elevador, permitindo que pessoas com deficiência física ou dificuldade de mobilidade tenham acesso ao(s) piso superior, bem como, rampa de acesso ao segundo piso;

Ginásio poliesportivo: Composto por quadra oficial com arquibancadas, piso, com telas de proteção em metal, tabelas de basquete, salas de aula, sala de grupos de pesquisa, sala de coordenação, vestiários, banheiros, copa e salas para atividades desportivas.

14.3 Biblioteca

A biblioteca oferece serviços de empréstimo, consultas, renovação, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos e orientação bibliográfica.

A Biblioteca dos *campi* está instalada em um ambiente com espaços reservados aos serviços técnicos e prestação de serviços aos usuários. A biblioteca conta com o trabalho de bibliotecários, técnico-administrativos e a participação de alunos bolsistas e/ou estagiários no apoio às atividades de empréstimo e organização deste espaço.

O espaço físico da biblioteca foi projetado com o objetivo de proporcionar conforto e funcionalidade durante os estudos e as pesquisas do corpo docente e discente.

Neste espaço estão definidas as áreas para: salas para estudo em grupo e cabines individuais; computadores com acesso à internet (pesquisa virtual) e terminais de consulta a base de dados do acervo; espaço informatizado para a recepção e atendimento ao usuário; acervo de livros, periódicos, multimeios e guarda-volumes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

O acervo existente atualmente, contempla títulos destinados ao curso e áreas afins, atualizado periodicamente com o intuito de disponibilizar para a sociedade estudantil e acadêmica. Estes são destinados para consulta e empréstimo, conforme regulamentação vigente da Biblioteca.

A Biblioteca opera por meio de um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal de consulta ao acervo, que propicia aos estudantes consultas dos títulos existentes.

O acervo está dividido por áreas de conhecimento conforme Classificação Decimal de Dewey, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as disciplinas do curso. Dispõe ainda o acesso remoto ao Portal de Periódicos da CAPES.

14.4 Laboratórios.

O curso superior de Licenciatura em Pedagogia – EaD conta, em todos os polos, com uma estrutura de laboratórios para realização das atividades práticas do curso, descritas no quadro abaixo.

Quadro 5. Laboratórios

Laboratório de Informática	
Descrição	Unidades
Computadores com sistema operacional <i>windows</i>	30 ou mais
Softwares específicos	Variável
Mesas para computadores destinado aos alunos	30 ou mais
Cadeiras	30 ou mais
Switch 48 portas	1
Hack com patch panel 48 portas	1
Nobreak	1
Mesa para o professor	1
Quadro magnético branco	1

15. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO.

A Coordenação do Curso faz parte da Estrutura Sistêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, a qual está subordinada à Diretoria de Educação a Distância – DIAED. Dentro do processo de Ensino no Ifap, também fazem parte a Pró-Reitoria de Ensino – PROEN constituída pelo Departamento de Ensino Superior – DEGRAD,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

e Coordenação de Políticas de Graduação – COPOG, orientando as Direções de Ensino e a Direção-Geral de cada polo.

A PROEN é órgão executivo que planeja, coordena, fomenta e acompanha as ações e as políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão no âmbito do Ifap, em consonância com as diretrizes educacionais vigentes. As principais atribuições da Pró-Reitoria de Ensino são:

- Atuar no planejamento estratégico e operacional do Ifap, com vista a subsidiar a definição das prioridades educacionais das unidades;
- Articular as ações de processos seletivos para acesso discente;
- Definir, conjuntamente com o Diretor-Geral de cada Campus, as vagas constantes no PDI, para ingresso e publicar os editais de acesso discente;
- Articular as ações de avaliação e de regulação das ofertas educacionais;
- Garantir identidade e unidade curricular e desenvolvimento de política e ação pedagógica própria, no âmbito do Instituto;
- Promover e incentivar a avaliação e melhoria contínua do Projeto Político-Pedagógico Institucional e dos Planos/Projetos Pedagógicos de Cursos;
- Propor políticas e diretrizes voltadas ao desenvolvimento das ofertas educacionais, em conjunto com as Pró-Reitorias de Extensão e de Pesquisa Pós-Graduação e Inovação, bem como avaliar sua implementação;
- Articular as ações de gestão pedagógica;
- Representar o Ifap nos foros específicos da área, quando necessário;
- Promover e apoiar ações que contribuam para a permanente articulação e integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Zelar pela garantia da qualidade do ensino;
- Executar outras funções que, por sua natureza, lhe sejam correlatas ou lhe sejam atribuídas.

A DIAED, é o setor responsável por todas as demandas que envolvem Ensino a Distância no Ifap, tendo, entre suas competências, supervisionar a execução de programas e projetos institucionais na área de EaD no Ifap; assessorar a Pró-Reitoria de Ensino nos assuntos relacionados à EaD; articular com os *campi* ações referentes à implantação e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

execução de projetos inerentes a educação a distância; promover e articular as políticas de EaD; acompanhar os processos de elaboração de projetos de criação, implantação, reformulação e/ou extinção de cursos, no âmbito de sua competência.

A Coordenação de Curso é responsável pela supervisão das atividades pedagógicas do Curso, articulando as ações que promovam a execução das políticas e diretrizes da instituição dentro dos cursos de Ensino Superior de Licenciatura em Pedagogia – EaD.

O Curso conta com professores das áreas dos núcleos de Estudos Básicos, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos, Núcleo de Estágios Supervisionados e Núcleo de Estudos Integradores, que são os responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem e avaliação das atividades dos alunos.

Além destes, diretamente ligados ao curso, os alunos também dispõem da estrutura para atendimento comum aos demais cursos em seus diversos níveis.

O Corpo Docente, Professores Formadores e Tutores, para atuar no curso Superior de Licenciatura em Pedagogia – EaD será composto, preferencialmente, por professores e técnicos administrativos em educação, pertencentes ao quadro de servidores do Ifap.

A capacitação do corpo docente e técnico é feita semestralmente através de processo seletivo próprio seguindo os parâmetros orientadores da Portaria CAPES nº 183 de 21-10-2016.

A Coordenação do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia é formada pelo Colegiado e pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE – e exerce atividades que contemplam a gestão do curso para promover e realizar as ações pertinentes tanto burocráticas e administrativas, quanto operacional, pedagógica, técnica e científica dos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, quer sejam os acadêmicos quer sejam os professores do Colegiado ou outras instituições ou as próprias instâncias da estrutura sistêmica do IFAP para melhor gestão do processo de formação e operacionalização do curso.

16. DIPLOMA.

O acadêmico deverá integralizar o curso considerando a quantidade mínima e máxima de anos constantes neste PPC, sob pena de incorrer ao que estabelece a regulamentação do IFAP em relação ao desligamento compulsório ou outra denominação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

adota pela instituição.

Após integralizar todas as disciplinas, inclusive atividades complementares e Estágios, documentações referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso, dentre eles a versão final, e demais atividades previstas neste Projeto Pedagógico de Curso, o discente fará jus ao Diploma do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, o que lhe conferirá o grau acadêmico de Licenciado em Pedagogia.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

17. REFERÊNCIAS.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. DOU 23.12.1996.

_____. Resolução CEE/MG N° 447/2002. Dispõe sobre a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura , graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior e altera dispositivos da Res. CEE 442, de 24 de abril de 2001.

_____. Resolução CP/CNE nº 01/2002. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais** para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

_____. Lei nº 10.861/2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**. DOU 15.4.2004.

_____. Parecer CNE/CP nº 05/2005. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em Pedagogia Licenciatura, de formação de professores da Educação Básica em nível superior**.

_____. LEI nº 11.788/2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências**. DOU 26.9.2008.

_____. LEI nº 11.892/2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. DOU 30.12.2008.

DIAS, Paulo. **Inovação pedagógica para a sustentabilidade da educação aberta e em rede**. Revista Educação, Formação & Tecnologias, julho–dezembro, 2013, p. 4–14.

HOPFMANN, J. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à Universidade**. Porto Alegre. Educação e Realidade. 1993.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP). Resolução nº 37.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Aprova o NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE E O COLEGIADO DOS CURSOS SUPERIORES do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP. Macapá, 28 de dezembro de 2012.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

18. APÊNDICES.

APÊNDICE A
EMENTÁRIO DE COMPONENTES
CURRICULARES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PRIMEIRO ANO

DISCIPLINA: Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação a Distância	
Vigência: a partir dezembro de 2019	Período letivo: Primeiro ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa	
Concepções e tendências pedagógicas. Modelos educacionais em EaD. Mídias de comunicação. Metodologias Ativas. Ambientes virtuais de aprendizagem. Tecnologias assistivas. Ferramentas e estratégias de ensino com base da Web. Mineração de Dados em EaD. Mídias, Programas e Aplicativos. Ensino e Tecnologia da Informação e Comunicação. Acervo Virtual.	
Bibliografia Básica	
BEHAR, Patrícia Alejandra. Modelos Pedagógicos em Educação a Distância. CARNEIRO, Mára Lúcia Fernandes. Instrumentalização para o ensino a distância. MILL, Daniel. Escritos sobre educação – Desafios e possibilidades para ensinar e aprender com as tecnologias emergentes.	
Bibliografia Complementar	
BUENO, J. L. P; PACÍFICO, J. M; PRETTO, N. L. Tecnologias na educação: políticas, práticas e formação docente. CARVALHO, R. N. de. Ambiente Virtual de Aprendizagem: Fóruns de discussão numa perspectiva sócio interacionista. CASTRO, Leandro Nunes de; FERRARI, Daniel Gomes. Introdução à Mineração de Dados: conceitos básicos, algoritmos e aplicações. DEMO, P. Conhecimento e Aprendizagem na Nova Mídia. LÉVY, Pierre. Cibercultura.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação e do Trabalho	
Vigência: a partir de Janeiro 2019	Período letivo: Primeiro ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa	
Estado, Sociedade, Educação e Economia Capitalista. Educação e Trabalho em uma perspectiva Emancipatória. Introdução às teorias filosóficas da educação à luz dos autores clássicos e contemporâneos. Filosofia e prática docente. Evolução histórica da educação e do trabalho. A educação e o Trabalho no contexto histórico-cultural brasileiro. Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos no Brasil Contemporâneo.	
Bibliografia Básica	
FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. FRANCISCO FILHO, G. A educação brasileira no contexto histórico. MANACORDA, M. A. História da educação: da antiguidade aos nossos dias.	
Bibliografia Complementar	
LIMA, J. C. F.; NEVES, L. W. (Orgs.). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. NAGLE, J. Educação e sociedade na primeira República. OLIVEIRA, D. A. Educação Básica, gestão do trabalho e da pobreza. PONCE, A. Educação e luta de classes. SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem	
Vigência: a partir de Fevereiro 2019	Período letivo: Primeiro ano
Carga horária total: 80 h	Código:
Ementa	
Principais abordagens da psicologia do desenvolvimento da aprendizagem humana. Teorias psicológicas que subsidiam as singularidades dos processos cognitivos do desenvolvimento da aprendizagem. A estrutura cognitiva do desenvolvimento da aprendizagem: crianças, adolescentes, jovens e adultos. Processos educativos em ambientes escolares e não-escolares.	
Bibliografia Básica	
BOCK, A. M.B., FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: Uma introdução ao estudo das psicologias. COLL, Cesar; PALACIOS, Jesus & MARCHESI, Álvaro (Orgs.). Desenvolvimento Psicológico e Educação. VYGOTSKI, L. S. Pensamento e linguagem.	
Bibliografia Complementar	
ARANTES, Valéria Amorim. (org.) Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas. BARONE, L. M. C., MARTINS, L. C. B.; CASTANHO, M. I. S. Psicopedagogia: teorias de aprendizagem. CARRARA, Kester (org). Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens. DAVIS, Claudia; OLIVEIRA, Zilma de. Psicologia na educação. FONTANA, Roseli (org.) Psicologia e trabalho pedagógico.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Didática Geral	
Vigência: a partir de março 2019	Período letivo: Primeiro ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Didática: Conceito, histórico e tendências pedagógicas; A didática na formação docente e no processo de ensino-aprendizagem: tendências pedagógicas e a evolução histórica; A função social do ensino e a concepção sobre os processos de aprendizagem. O planejamento em seus diversos níveis: metodologias de ensino; recursos didáticos e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.	
Bibliografia Básica	
ARAÚJO, R. M. L., RODRIGUES, D. S. (Orgs). Filosofia da práxis e didática da educação profissional . Campinas: LIBÂNEO, J. C. Didática . VEIGA, I. P. A. (Org). Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações .	
Bibliografia Complementar	
COMÊNIO, J. A. A Didática Magna . FAZENDA, I. (orgs). Didática e Interdisciplinaridade . GADOTTI, M. R., J. e. (orgs). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e propostas . LUCKESI, C. Avaliação da Aprendizagem Escolar . ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar .	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Didática na educação profissional e tecnológica	
Vigência: a partir abril de 2019	Período letivo: Primeiro ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Didática na e para a educação profissional. A organização curricular e o ciclo didático na EPT. Pesquisa, inovação tecnológica e Extensão como princípios educativos. Integração curricular, interdisciplinaridade e o processo de ensino-aprendizagem em espaços escolares e não escolares. Didática e práxis pedagógica na EPT.	
Bibliografia Básica	
ARAÚJO, R. M. L., RODRIGUES, D. S. (Orgs). Filosofia da práxis e didática da educação profissional. ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. CUNHA, Daisy Moreira; FIDALGO, Fernando Selmar Rocha; SOUZA JÚNIOR, Hormindo Pereira de; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Formação/profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica: fundamentos e reflexões contemporâneas.	
Bibliografia Complementar	
AUXILIADORA, Maria; OLIVEIRA, Monteiro. Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS. FRIGOTO Gaudêncio. CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. SOUZA, T. N. de; SILVA, S. C.; BATISTA, E. L. Desafios e perspectivas das Ciências Humanas na Atuação e na Formação docente. SACRISTÁN, J. Gimeno.; GÓMEZ, A. I. Perez. Compreender e transformar o Ensino. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Metodologias e Estratégias de Ensino	
Vigência: a partir de maio de 2019	Período letivo: Primeiro ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Teorias dos processos de desenvolvimento e de aprendizagem. Prática docente, modelos de ensino e processos de formação. O processo de ensino e de aprendizagem e o professor como mediador. Dificuldades de aprendizagem e processos avaliativos.	
Bibliografia Básica	
LUCKESI, C. C. Avaliação da Aprendizagem. NÓVOA, A.(org.) Os professores e sua formação. ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar.	
Bibliografia Complementar	
AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J.D.; HANESIAN, H. Psicologia educativa: um ponto de vista cognoscitivo. GIORDAN, Andre; DE VECCHI, Gerárd. As origens do saber: das concepções dos aprendentes aos conceitos científicos. MOREIRA, Marco Antonio. Aprendizagem significativa. OLIVEIRA, J. B. A; CHADWICK, C. Aprender e ensinar. NUÑEZ, I. B; Ramalho, B. L. (Org.). Fundamentos do ensino aprendizagem das ciências naturais e da matemática: o novo ensino médio.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Pesquisa, Inovação Tecnológica e Extensão como princípios educativos	
Vigência: a partir de junho de 2019	Período letivo: Primeiro ano
Carga horária total: 60 h	Código:
Ementa: Pesquisa, inovação tecnológica, extensão e os processos educacionais. Pesquisa, inovação tecnológica e extensão e a formação humana integral.	
Bibliografia Básica	
DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. DOLABELA, F. Pedagogia empreendedora.	
Bibliografia Complementar	
COELHO, Maria Inês; COSTA, Anna Edtih Bellico. (Orgs.). A educação e a formação humana: tensões e desafios na contemporaneidade. LÜDKE, Menga. O professor e a pesquisa. MELO NETO, José Francisco. Extensão Universitária: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. MOZZATO, Anelise Rebelato. Para além do ensino técnico: educação dialógico-emancipatória.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Processos educativos e de gestão: instituições escolares, comunitárias, assistenciais e do mundo do trabalho	
Vigência: a partir de Julho de 2019	Período letivo: Primeiro ano
Carga horária total: 60 h	Código:
Ementa: Concepções de Teorias Educacionais e suas interfaces na gestão de processos pedagógicos. Ações educativas em diferentes instituições e grupos sociais, revelando seus condicionantes sócio-políticos e seus processos de Resolução de Problemas.	
Bibliografia Básica	
PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escolar pública. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. LÜCK, Heloísa. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.	
Bibliografia Complementar	
CHARLOT, B.. Da relação com o saber. LÜCK, H. Planejamento em orientação educacional. PADILHA, R . P. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. VEIGA, I. P. (org). Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível. GUIMARÃES, Hercules Honorato. O gestor escolar e suas competências: a liderança em discussão. Disponível em < http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/HerculesGuimaraesHonorato_res_in_GT8.pdf >: Acesso em 01/11/2014.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Fundamentos Sociopolíticos e Econômicos na Educação	
Vigência: a partir julho de 2019	Período letivo: Primeiro ano
Carga horária total: 80 h	Código:
Ementa: - Estado, Educação, Sociedade e Economia capitalista. Políticas Sociais e Educacionais no Brasil. Neoliberalismo, Educação e Trabalho e Reestruturação Produtiva. Educação e Trabalho em uma perspectiva Emancipatória. Educação Profissional: relações entre mundo e mercado de trabalho. Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional.	
Bibliografia Básica	
FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. GENTILI, P. A. A. e SILVA, T. T (org.). Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. OLIVEIRA, D. A. Educação Básica, gestão do trabalho e da pobreza.	
Bibliografia Complementar	
FRIGOTTO, G. A educação e a crise do capitalismo real. KUENZER, Acácia Z. Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. MOZZATO, A. R. Para além do ensino técnico: educação dialógico-emancipatória. PARO, V. H. Escritos sobre educação. RAMOS, Marise. História e Política da Educação Profissional. Curitiba - Paraná; Instituto Federal do Paraná – Rede E-TEC Brasil, 2013. (Coleção Formação Pedagógica) – Virtual.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Organização e Gestão da Educação	
Vigência: a partir de Agosto de 2019	Período letivo: Primeiro ano
Carga horária total: 60 h	Código:
Ementa: Políticas Públicas e Financiamento da Educação; Gestão democrática em espaços escolares e não-escolares; A organização da educação básica brasileira no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). Sistema(s) de ensino: a visão teórica e o marco legal. O planejamento e financiamento educacional em âmbito federal, estadual e municipal. Avaliação institucional. Formação docente no âmbito das políticas de formação no Brasil.	
Bibliografia Básica	
AZEVEDO, J. M. L. de A. A educação como política pública: polêmicas de nosso tempo. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. SAVIANI, D. Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: por uma outra Política Educacional.	
Bibliografia Complementar	
ANDRADE, J. M. V.; QUEIROZ, M. A. de Q.; AZEVEDO, M. A. de; MORAIS, P. S. de. O papel dos conselhos para a criação do Sistema Nacional de Educação. AUXILIADORA, M.; OLIVEIRA, M. Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS. AZEVEDO, J. M. L. de A. A educação como política pública: polêmicas de nosso tempo. CABRAL NETO, A.; CASTRO, A. M. D. A. et al. Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. FERREIRA, N. S. C. Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Libras – Língua Brasileira de Sinais	
Vigência: a partir de Agosto de 2019	Período letivo: Primeiro ano
Carga horária total: 60 h	Código:
Ementa: Noções básicas sobre a educação de surdos e sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Compreensão de semelhanças e diferença entre LIBRAS e Português. Introdução à gramática da Língua Brasileira de Sinais.	
Bibliografia Básica	
BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é comunicação. FELIPE, Tanya Amara. LIBRAS em contexto. QUADROS, Rocine Muller, KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos.	
Bibliografia Complementar	
BUENO, José Geraldo Silveira. A educação do deficiente auditivo no Brasil: situação atual e perspectivas. Em Aberto, Brasília, DF, ano 13, nº 60, 1993. ORLANDI, Eni Pulcinelli. O que é linguística. SKLIAR, C. (org.) Atualidade da educação bilíngue para surdos. MOURA, M. C. de. O surdo: Caminhos para uma nova identidade. QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: A aquisição da linguagem.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Oficina de Projetos de Iniciação Científica	
Vigência: a partir Agosto de 2019	Período letivo: Primeiro ano
Carga horária total: 60 h	Código:
Ementa: A base conceitual para o estudo da estrutura metodológica do projeto de pesquisa. Etapas da construção do projeto. Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa. O relatório de pesquisa. A importância da pesquisa no processo de intervenção social. Exercício de elaboração de projeto de pesquisa, que aponte: objeto, problema, referencial teórico e metodologia.	
Bibliografia Básica	
ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. Etnografia da prática escolar. YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. PIMENTA, Sema Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro. (Orgs) Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas de pesquisa-ação.	
Bibliografia Complementar	
GOMEZ, Carlos Minayo; FRIGOTTO, Gaudêncio; ARRUDA, Marcos; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. PIMENTA, Sema Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro. (Orgs) Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas de pesquisa-ação. BECKER, S. Howard. Método de Pesquisa em Ciências Sociais. DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. DEMO, Pedro. Introdução à Metodologia da Ciência.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Seminário integrador e estudos curriculares I	
Vigência: a partir de setembro de 2019	Período letivo: Primeiro ano
Carga horária total: 30 h	Código:
Ementa: Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas no primeiro ano da Licenciatura. Teorização do refletir sobre trajetórias pessoais, vivências de formação profissional realizadas durante o curso e do fazer pedagógico sobre temáticas da realidade escolar. Articulação das diferentes áreas do conhecimento e diferenciados saberes oriundos da práxis pedagógica.	
Bibliografia Básica	
BOLÍVAR, Antonio. O Esforço Reflexivo de Fazer da Vida uma História. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out,2007, p. 12-15. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. PASSEGGLI, M.C.; BARSOSA, T. M. Memórias, memoriais: pesquisa e formação docente.	
Bibliografia Complementar	
GIL. Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. GOODSON, Ivor. A arte de contar a própria história. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out, 2007, p.20-21. IMBERNÓN, Francesc. Aprender com as histórias de vida. In: Pátio, Ano XI nº 43 - Histórias de vida e aprendizagem - ago/out,2007, p.08- 11. MEIRIEU, Philippe. Carta a um jovem professor. MORETTO, Vasco Pedro. Construtivismo: a produção do conhecimento em aula.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

SEGUNDO ANO

DISCIPLINA: Projeto Político Pedagógico	
Vigência: a partir de Setembro 2019	Período letivo: Segundo ano
Carga horária total: 80 h	Código:
Ementa: Projeto Político-Pedagógico da escola: fundamentos para a sua realização. Parâmetros Curriculares Nacionais e as adaptações curriculares; Educação básica; educação profissional e tecnológica e o PPP. O Projeto Político-Pedagógico: pressupostos teóricos: O planejamento educacional como instrumento de formação docente e de espaço de trabalho coletivo.	
Bibliografia Básica	
VEIGA, Ilma (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. VEIGA, Ilma Passos; FONSECA, Marília (orgs.). As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico: novos desafios para a escola.	
Bibliografia Complementar	
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização LUCK, Heloísa. Ação Integrada: administração, supervisão e orientação educacional. PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. VEIGA, Ilma; RESENDE, Lúcia (org.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Coordenação Pedagógica	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: Segundo ano
Carga horária total: 80 h	Código:
Ementa: O coordenador pedagógico como mediador do projeto pedagógico da escola para todos e todas; Coordenador Pedagógico: agente mediador e articulador na organização do trabalho Pedagógico; A função da coordenação pedagógica como um formador de professor na escola.	
Bibliografia Básica	
ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACO, Vera Maria Nigro (Orgs.). O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade. BEZERRA, Edneide da Conceição. A tessitura da ação do coordenador pedagógico da EJA: saberes necessários à mediação do trabalho docente em alfabetização. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. 255 p.	
Bibliografia Complementar	
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. FERREIRA, Naura Syria Capareto (Org). Supervisão educacional para uma escola de qualidade da formação à ação. VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político-pedagógico. ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tania M. K. (orgs.) Escola e leitura: velha crise, novas alternativas.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Educação Profissional	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: Segundo ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Educação e trabalho. Sujeitos da Educação Profissional. Trajetória histórica da educação profissional no Brasil; Pressupostos teórico-metodológicos da educação profissional e tecnológica. O trabalho como princípio educativo. Políticas de educação profissional no Brasil; Integração da educação profissional com a educação básica. Currículo, Transdisciplinaridade e Educação Tecnológica. Fundamentos para a Formação de Professores no Ensino Tecnológico. Trabalho Pedagógico e Político no Ensino Tecnológico.	
Bibliografia Básica	
ARAÚJO, R. M. L., RODRIGUES, D. S. (Orgs). Filosofia da práxis e didática da educação profissional.	
FRIGOTO Gaudêncio. CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições.	
MOLL, Jaqueline e Colaboradores. (Org.). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades.	
Bibliografia Complementar	
BASTOS, João Augusto de Souza Leão de Almeida. Tecnologia e Interação.	
MARX, Karl. Textos sobre Educação e Ensino.	
MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil.	
MOURA, Dante Henrique. (Org.). Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional.	
MOURA, Dante Henrique (org.). Educação profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Linguagem, Alfabetização e Letramento	
Vigência: a partir de 2020	Período letivo: Segundo ano
Carga horária total: 80 h	Código:
Ementa: Linguagem como mediadora das interações sujeito-cultura; O aprendizado da linguagem escrita; Alfabetização e letramento: conceitos, especificidades e inter-relações; Estudo dos processos de alfabetização e letramento; Métodos de alfabetização. Concepções e práticas de letramento. Métodos e materiais didáticos. As experiências de alfabetização de crianças, jovens e adultos; Concepções teórico-metodológicas do ensinar/aprender a linguagem escrita em um contexto de letramento; desenvolvimento de práticas textuais. Perspectiva político-social da leitura e da escrita. Literatura Infantil.	
Bibliografia Básica	
SOLE, Isabel. Estratégias de Leitura. SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. FERREIRO, Emília. TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler.	
Bibliografia Complementar	
ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia; LEAL, Telma Ferraz (Orgs). A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento. BRAGGIO, Silva Lúcia Bingonjal. Leitura e Alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolinguista. BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Souza (Orgs). Ler e Escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas. FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. Tradução de Horácio Gonzáles et. Al. FOUCAMBERT, Jean. A leitura em questão.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Educação de Jovens e Adultos	
Vigência: a partir de 2020	Período letivo: Segundo ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Fundamentos históricos e políticos da EJA. Sujeitos da EJA: Identidade do educador e do educando da EJA. Concepções Teóricas e Práticas. Pressupostos teóricos da EJA. Metodologias e estratégias de ensino. Estratégias político-didático-pedagógicas. Diversidade e Cidadania. Alfabetização e Inclusão Social. Educação e Trabalho na perspectiva de empoderamento e emancipação. Currículo, Direitos Humanos e Economia. Projeto de Intervenção Social.	
Bibliografia Básica	
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. GADOTTI, Moacir; ROMÃO José E. (Orgs.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. ARROYO, Miguel G. Currículo, Território em Disputa.	
Bibliografia Complementar	
GERALDI, João Wanderley. (Org.) O Texto na Sala de Aula. KAUFMAN, Ana M e Rodriguez, Maria Helena. Escola, leitura e produção de textos. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. _____, Magda. Alfabetização em processo. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	
Vigência: a partir de 2020	Período letivo: Segundo ano
Carga horária total: 60 h	Código:
Ementa: Assegurar os direitos de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos na escola; A Educação Especial como estratégia de inclusão escolar de crianças, jovens e adultos; O papel do Pedagogo na escola inclusiva; compreender e desenvolver estratégias de inclusão de crianças, jovens e adultos, com deficiência visual, auditiva, motora e intelectual, no cotidiano da sala de aula e na Sala de Recursos Multifuncional.	
Bibliografia Básica	
BRASIL. Declaração de Salamanca e de ação sobre necessidades educativas especiais. DOMINGUES, C. A. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Universidade Federal do Ceará, 2010. JUNKES, Amélia de Oliveira. Formação de professores e condições de atuação em educação especial.	
Bibliografia Complementar	
MANTOAN, M. T. E. (org). Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? MAZZOTTA, José Marcos da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. MILANEZ, Simone Ghedini Costa. Deficiência intelectual: conhecimentos para uma prática educacional inclusiva. In: OLIVEIRA, A. A. S., OMOTE, S.; GIROTO, R. M. (Org.). Inclusão escolar: as contribuições da educação especial. MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Tradução de Windyz Brazão Ferreira. SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Educação Infantil	
Vigência: a partir de 2020	Período letivo: Segundo ano
Carga horária total: 80 h	Código:
Ementa: História da concepção de infância e do atendimento a criança; Desenvolvimento da educação infantil e sua relação com o processo de aprendizagem; Aspectos teórico-metodológicos do ensinar/aprender na Educação Infantil; A rotina pedagógica na escola infantil: tempo, espaço.	
Bibliografia Básica	
CRAIDY, C.; KAERCHER, G.E.(orgs). Educação infantil: pra que te quero? GARCIA, Regina LEITE FILHO, A. (Org.). Em defesa da educação infantil. OLIVEIRA, Zilma M.R. Educação Infantil: fundamentos e métodos.	
Bibliografia Complementar	
KRAMER, S. (Org.). Infância e educação infantil. KUHLMANN JR. Moysés. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. LEITE FILHO, Aristeo; GARCIA, Regina Leite. (Orgs.). Em Defesa da Educação Infantil. BENJAMIN, Walter. A criança, o brinquedo e a educação. OLIVEIRA, Zilma (org). Educação Infantil: muitos olhares.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT	
Vigência: a partir de 2020	Período letivo: Segundo ano
Carga horária total: 60 h	Código:
Ementa: O currículo como construção social e cultural. Teorias curriculares. O projeto pedagógico-curricular. Temas atuais e currículo. O processo curricular na perspectiva da integração da educação básica com a educação profissional. Concepções e princípios do currículo integrado. A organização do currículo integrado. O currículo integrado e a prática docente por meio de projetos interdisciplinares.	
Bibliografia Básica	
FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. ; RAMOS, M. (Orgs.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. LOPES, A. C.; MACEDO, E. (orgs.). Teorias de currículo. MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs). Currículo, cultura e sociedade.	
Bibliografia Complementar	
ARROYO, M. G. Currículo, território em disputa. COSTA, M. V. (Org.). O currículo nos limiões do contemporâneo. Rio de Janeiro: HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho. SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Organização do Trabalho Pedagógico	
Vigência: a partir de 2020	Período letivo: Segundo ano
Carga horária total: 80 h	Código:
Ementa: Organização do Trabalho Pedagógico; Coordenação Pedagógica em Ambientes Escolares; Pedagogia em Ambientes Não-Escolares; Política, planejamento e avaliação da educação; Projeto Político Pedagógico. Avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira.	
Bibliografia Básica	
HORA, Dinair Leal. Gestão democrática na escola: artes e ofícios de participação coletiva.	
LIBÂNEO, José Carlos. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.	
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática.	
Bibliografia Básica	
LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, para quê?	
MURILO, F. Javier; Muñoz-Repiso, Mercedes. A qualificação da Escola: um novo enfoque.	
PARO, Vitor Henrique. Crítica da estrutura da escola.	
PIMENTA, Selma Garrido. Questões Sobre a Organização do Trabalho na Escola. Revista Série Ideias no. 16. São Paulo: FDE, 1993. pp. 78-83.	
PUING, Josep M. (et al.) Democracia e participação escolar: propostas de atividades.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Oficina de Projetos de Iniciação Científica	
Vigência: a partir de 2020	Período letivo: Segundo ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Elaboração de Projeto de Pesquisa e Extensão Instrumenta o modelo do projeto através da NBR 15287/2011. Focaliza, através de teorias, o lugar da pesquisa no processo de construção do conhecimento e os fundamentos epistemológicos da educação. No campo prático, indica os passos metodológicos para a construção de projeto de pesquisa e extensão. Discute as propostas de pesquisa dos alunos a partir do espaço deste sujeito.	
Bibliografia Básica BOAVENTURA, Souza Santos. Introdução a uma ciência pós-moderna. FAZENDA, Ivani.(Org.) A pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento. GADOTTI, Moacir. A concepção dialética da educação – um estudo introdutório.	
Bibliografia Complementar ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA. NBR 15287. Apresentação do Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: ABNT, 2011. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisas. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Seminário TCC I	
Vigência: a partir de 2020	Período letivo: Segundo ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Iniciação à Pesquisa Científica e organização de texto científico (normas da ABNT). Pesquisa em Educação – aspectos gerais e específicos. Objeto de pesquisa - questões teórico-metodológicas. Análise e elaboração de projetos de pesquisa - identificação estrutural. Pré-Projeto de Pesquisa em Ensino.	
Bibliografia Básica ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo; ROSA, Maria Virginia de Figueiredo. Apontamentos de metodologia para ciência e técnicas de redação científica. FERNANDES, A. B.; MENEZES NETO, E. L.; FACCIOLI, G. G. Diretrizes e normas para elaboração de monografias. RAMPAZZO, L. Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação.	
Bibliografia Complementar SEABRA, G. F. Pesquisa científica: o método em questão. Brasília: SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. TRALDI, M. C. Monografia passo a passo. VIANNA, I. O. A. Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica. VIEGAS, W. Fundamentos de metodologia científica.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Seminário Integrador e Estudos Curriculares II	
Vigência: a partir de 2020	Período letivo: Segundo ano
Carga horária total: 30 h	Código:
Ementa: Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas no segundo ano da Licenciatura. Teorização do refletir sobre trajetórias pessoais, vivências de formação profissional realizadas durante o curso e do fazer pedagógico sobre temáticas da realidade escolar. Articulação das diferentes áreas do conhecimento e diferenciados saberes oriundos da práxis pedagógica.	
Bibliografia Básica	
BOLÍVAR, Antonio. O Esforço Reflexivo de Fazer da Vida uma História. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out, 2007, p. 12-15. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. PASSEGGI, M.C.; BARSOSA, T. M. Memórias, memoriais: pesquisa e formação docente.	
Bibliografia Complementar	
GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. GOODSON, Ivor. A arte de contar a própria história. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out, 2007, p.20-21. IMBERNÓN, Francesc. Aprender com as histórias de vida. In: Pátio, Ano XI nº 43 - Histórias de vida e aprendizagem - ago/out,2007, p.08- 11. MEIRIEU, Philippe. Carta a um jovem professor. MORETTO, Vasco Pedro. Construtivismo: a produção do conhecimento em aula.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	
Vigência: a partir de 2020	Período letivo: Segundo ano
Carga horária total: 60 h	Código:
Ementa: Construção e fortalecimento da identidade docente por meio da inserção no cotidiano escolar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, possibilitando a articulação dos saberes acadêmicos, específicos e pedagógicos, e dos saberes da experiência na formação profissional.	
Bibliografia Básica	
BOLIVAR, Antônio (org). Profissão professor: o itinerário profissional e a construção da escola.	
CUNHA, Maria Isabel da (org). Formatos avaliativos e concepção de docência.	
PIMENTA, Selma Garrido. Saberes Pedagógicos e atividade docente.	
Bibliografia Complementar	
BORGES, Cecília Maria Ferreira. O professor da educação básica e seus saberes profissionais.	
SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em /educação.	
GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (orgs). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta.	
NÓVOA, António. Profissão Professor.	
_____. Vidas de Professores.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

TERCEIRO ANO

DISCIPLINA: Metodologias e Estratégias de ensino da Língua Portuguesa	
Vigência: a partir de 2021	Período letivo: Terceiro ano
Carga horária total: 60 horas	Código:
Ementa: Linguagem, língua e fala. O ensino da Língua Portuguesa na perspectiva dos PCNs. Variação linguística e o Ensino de Língua Portuguesa.. Estratégias de leitura. Estratégias de escrita. Análise linguística. Gêneros textuais como objeto de Ensino de Língua Portuguesa. Literatura infanto-juvenil.	
Bibliografia Básica	
BRASIL. MEC/SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília:MEC/SEF, 1997.	
GERALDI, Joao Wanderley (org). O texto na sala de aula.	
BAGNO, Marcos. Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística.	
Bibliografia Complementar	
ABRAMOVICH, Fanny. Literatura Infantil. Gostosuras e bobices.	
BORTONI-RICARDO, Stella Maris (org). Leitura e mediação Pedagógica.	
CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e linguística.	
JOLIBERT, Josette. Formando crianças produtoras de texto.	
MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Metodologias e Estratégias de Ensino na Educação Infantil	
Vigência: a partir de 2021	Período letivo: Terceiro ano
Carga horária total: 60 h	Código:
Ementa: Reflexões teórico-práticas sobre a Educação Infantil. Concepções de Educação Infantil e as políticas públicas para a educação da infância. Processos organizativos das instituições de educação infantil e os elementos tempo e espaço pedagógicos. Compreensão das estruturas curriculares e as organizações didático-metodológicas da educação infantil. Implicações da ação pedagógica nas interações entre docentes, crianças e comunidade	
Bibliografia Básica	
JUNQUEIRA, G. Linguagens geradoras: seleção e articulação de conteúdos na Educação Infantil.	
OLIVEIRA, Z. Educação Infantil: fundamentos e métodos.	
OLIVEIRA E SILVA, I. Profissionais da Educação Infantil: formação e construção de identidades.	
Bibliografia Complementar	
BARBOSA, M.C. Projetos pedagógicos na Educação Infantil.	
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF:Senado Federal, 1988, 305 p.	
_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.	
_____. Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172/2001, de 09 de janeiro de 2001.	
_____. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Ministério da Educação, 1998.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Metodologias e Estratégias de ensino da Matemática	
Vigência: a partir de 2021	Período letivo: Terceiro ano
Carga horária total: 60 horas	Código:
Ementa: Visão histórica e epistemológica do conhecimento matemático. A função social dos conteúdos matemáticos. Ensino da Matemática e desenvolvimento cognitivo. Metodologias e estratégias para o ensino de Matemática na educação básica e profissional. Interação entre a Matemática e os temas transversais. Ludicidade e inovação no ensino e aprendizagem da Matemática. Plano de ensino e de aula. Projetos inter e transdisciplinares. O livro didático e práticas laboratoriais para o ensino de Matemática. A produção de material didático para o ensino de Matemática. A avaliação da aprendizagem matemática.	
Bibliografia Básica	
CARVALHO, Dione Luchesi. Metodologia do ensino da matemática. D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação Matemática: da Teoria à Prática. D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade.	
Bibliografia Complementar	
D'AMBROSIO, B. Formação de professores de matemática para o século XXI: o grande desafio. Pro-posições, v.4, n.1, p. 35-40, 1993. FAYOL. A criança e o número: da contagem à solução de problemas. GROSSI, E. P. (org.) (1993) Construtivismo Pós-Piagetiano: um novo paradigma sobre aprendizagem. SCHLIEMANN, A.D.et alli (1995). Na vida dez, na escola zero. TOLEDO, Marília e TOLEDO, Mauro. Didática de Matemática.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Metodologias e Estratégias de Ensino de Ciências	
Vigência: a partir de 2021	Período letivo: Terceiro ano
Carga horária total: 60 h	Código:
Ementa: As Ciências Naturais (CN) e a Educação para a Cidadania na Educação Básica. O ensino de CN: um panorama das pesquisas na área. A organização do trabalho docente (planejamento e avaliação) na área de CN.	
Bibliografia Básica	
CACHAPUZ, A.; GIL-PEREZ, D. A necessária renovação do Ensino das Ciências. CHASSOT, A. Alfabetização Científica – questões e desafios para a educação. DELIZOICÓV, D.; ANGOTTI, J.A. & PERNAMBUCO, M. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos.	
Bibliografia Complementar	
ASTOLFI, J.P. & DEVELAY, M. A Didática das ciências. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. 2000. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências Naturais. GIORDAN, A. As origens do saber – das concepções dos aprendentes aos conceitos científicos. NARDI, R. (Org.). A pesquisa em ensino de Ciências no Brasil: alguns recortes. WEISSMANN, H. Didática das Ciências Naturais – contribuições e reflexões.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Metodologias e Estratégias de Ensino da História	
Vigência: a partir de 2021	Período letivo: Terceiro ano
Carga horária total: 60 h	Código:
Ementa: O ensino da história nas séries iniciais: aspectos metodológicos; a questão da interpretação e a utilização de fontes históricas (escritas, orais, visuais, iconográficas). Conceitos de tempo, fato e sujeito histórico. A identidade como produção social e histórica: cidadania/identidade e as relações sociais. História local e aspectos culturais. Patrimônio material e imaterial. Propostas metodológicas para a inscrição da diversidade étnico-racial no cotidiano escolar. A prática escolar do ensino de história por meio da gamificação, das brincadeiras e as estratégias didático-metodológicas com materiais digitais e não-digitais.	
Bibliografia Básica	
COLL, Cêzar. (org.) Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes.	
BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e Cidadania nas atuais propostas curriculares de história. In: BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula.	
HERNANDEZ, L. L. A África na sala de aula: visita à história contemporânea.	
Bibliografia Complementar	
ALMEIDA, Guilherme de. Influência dos povos africanos e indígenas na cultura brasileira. São Paulo: Afreaka: Coleção Tesouro Cultural. Disponível em < http://www.afreaka.com.br/notas/colecao-de-livros-difunde-cultura-afro-brasileira-nas-escolas/ > Acesso: 05/12/2017.	
ANDRADE, Lílian Gonçalves de. Narrativa histórica e narrativa literária: pontos e contrapontos. Disponível em < https://www.seer.furg.br/biblos/article/viewFile/95/49 > Acesso em 05/12/2017.	
BRASIL. Lei N° 10.639, de 09/01/2003. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm > Acesso: 05/12/2017.	
_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.	
VASQUES, Rafael Carneiro. As potencialidades do RPG (role playing game) na educação escolar. Disponível em < http://portal.fclar.unesp.br/poseduesc/teses/rafael_carneiro_vasques.pdf > Acesso em: 05/12/2017.	
FARES, Josebel Akel. Memórias, cultura é memória. Disponível em: http://www.intermidias.com/jerusal/textos/Dossie%20Jerusa_Cultura%20e%20memoria_Josebel%20Akel%20Fares.pdf . Acesso em 17 de Dezembro de 2010.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Teorias Educacionais	
Vigência: a partir de 2021	Período letivo: Terceiro ano
Carga horária total: 80 h	Código:
Ementa: Estudo das diferentes concepções teóricas e epistemológicas que fundamentam o campo da educação. Caracterização da teoria pedagógica dos clássicos aos contemporâneos. Discussão das tendências e correntes da educação a partir das teorias críticas e pós-críticas. Estudo dos contextos educacionais em diferentes espaços e tempos históricos.	
Bibliografia Básica	
BRANDÃO, Z. A crise dos paradigmas e a educação. GADOTTI, M. História das ideias Pedagógicas. GHIRALDELLI JUNIOR, P. Filosofia da Educação.	
Bibliografia Complementar	
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 Artigos 5º, 6º, 205 a 214 GILES, T. R. Filosofia da Educação. MORAES, M. C. O paradigma Educacional Emergente. PAQUALY, L. (e Orgs.). Formando Professores Profissionais. SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Oficina de Projetos de Iniciação Científica – Implantação de Projeto de Pesquisa e Extensão III	
Vigência: a partir de 2021	Período letivo: Terceiro ano
Carga horária total: 90 h	Código:
A importância do projeto de observação, pesquisa e extensão como eixo integrador de todos os componentes, fortalecendo a integração teoria/prática. Construção de uma proposta de pesquisa e extensão, utilizando-se de: metodologia de projetos e princípios interdisciplinares de organização pedagógica. O planejamento da pesquisa. Elaboração do projeto de pesquisa e extensão com a análise e tratamento dos dados. Socialização dos projetos elaborados.	
Bibliografia Básica	
BEHERENS, Marilda Aparecida. Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente. In: MORAN, José Manuel. Novas tecnologias e mediação pedagógica . MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento . PEÑA, Antonio Ontoria. Mapas conceituais: uma técnica para aprender .	
Bibliografia complementar	
ABRANTES, P. Trabalho de projetos e aprendizagem da matemática. In: Avaliação e educação Matemática . DAVIS, Claudia. Psicologia da Educação . SEABRA, Carlos. Tecnologias na escola . SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico . THIESEN, Juares da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem . Revista Brasileira de Educação. v. 13 n. 39 set./dez. 2008. P 545-598.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Seminário TCC II	
Vigência: a partir de 2021	Período letivo: Terceiro ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Planejamento, organização e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Projeto de Pesquisa em Educação. Entrega parcial do TCC. Pré-banca.	
Bibliografia Básica	
ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo; ROSA, Maria Virginia de Figueiredo. Apontamentos de metodologia para ciência e técnicas de redação científica. FERNANDES, A. B.; MENEZES NETO, E. L.; FACCIOLI, G. G. Diretrizes e normas para elaboração de monografias. RAMPAZZO, L. Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação.	
Bibliografia Complementar	
ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. TRALDI, M. C. Monografia passo a passo. VIANNA, I. O. A. Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica. VIEGAS, W. Fundamentos de metodologia científica.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Seminário integrador e estudos curriculares III	
Vigência: a partir de 2021	Período letivo: Terceiro ano
Carga horária total: 30 h	Código:
Ementa: Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas no terceiro ano da Licenciatura. Teorização do refletir sobre trajetórias pessoais, vivências de formação profissional realizadas durante o curso e do fazer pedagógico sobre temáticas da realidade escolar. Articulação das diferentes áreas do conhecimento e diferenciados saberes oriundos da práxis pedagógica.	
Bibliografia Básica	
BOLÍVAR, Antonio. O Esforço Reflexivo de Fazer da Vida uma História. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out,2007, p. 12-15. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. PASSEGGI, M.C.; BARSOSA, T. M. Memórias, memoriais: pesquisa e formação docente.	
Bibliografia Complementar	
GIL. Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. GOODSON, Ivor. A arte de contar a própria história. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out, 2007, p.20-21. IMBERNÓN, Francesc. Aprender com as histórias de vida. In: Pátio, Ano XI nº 43 - Histórias de vida e aprendizagem – ago/out,2007, p.08 – 11. MEIRIEU, Philippe. Carta a um jovem professor. MORETTO, Vasco Pedro. Construtivismo: a produção do conhecimento em aula.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado na Educação Profissional na área de Serviços e de Apoio Escolar	
Vigência: a partir de 2021	Período letivo: Terceiro ano
Carga horária total: 60 h	Código:
Ementa: Construção e fortalecimento da identidade docente por meio da inserção no cotidiano escolar da Educação Profissional na área de Serviços e de Apoio Escolar, possibilitando a articulação dos saberes acadêmicos, específicos e pedagógicos, e dos saberes da experiência na formação profissional.	
Bibliografia Básica	
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Diretrizes curriculares nacionais para o curso de pedagogia. Resolução CNE/CP 1/2006. Brasília, DF: MEC/SESU, 2006. Disponível em: Acesso em: 08/10/2017.	
KUENZER, A. Z. Trabalho Pedagógico: da fragmentação à unitariedade possível. In: Ferreira, N.; Aguiar, M. (Org.). Para onde vão a orientação e a supervisão educacional? PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência.	
Bibliografia Complementar	
EVANGELISTA, Olinda. Curso de pedagogia: propostas em disputa. Exposição realizada no 1º Encontro Catarinense de Estudantes de Pedagogia. Mesa-Redonda com Helena de Freitas (ANFOPE) e Beatriz Luce (CNE). UFSC, 2007. Disponível em: Acesso em 08/10/2017	
SACRISTÁN, José Gimeno. O Currículo.	
MORAES, M. C. O paradigma Educacional Emergente.	
PAQUALY, L. (e Orgs.). Formando Professores Profissionais.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado na Formação Pedagógica	
Vigência: a partir de 2021	Período letivo: Terceiro ano
Carga horária total: 60 h	Código:
Ementa: Construção e fortalecimento da identidade docente por meio da inserção no cotidiano da formação Pedagógica de professores, possibilitando a articulação dos saberes acadêmicos, específicos e pedagógicos, e dos saberes da experiência na formação do professor.	
Bibliografia Básica	
GATTI, Bernardete A.; NUNES, Marina Muniz R. (Org.). Formação de professores para o ensino fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em pedagogia, língua portuguesa, matemática e ciências biológicas.	
LEITE, Yoshie Ussami Ferrari. O lugar das práticas pedagógicas na formação inicial Didática e Prática de Ensino: diálogos sobre a Escola, a Formação de Professores e a Sociedade EdUECE – Livro 4 00617 18 de professores. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2011. 104 p.	
PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência.	
Bibliografia Complementar	
PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente.	
PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Org.). Professor reflexivo no Brasil.	
TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente.	
TEDESCO, Juan Carlos. O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna.	
WEIGEL, Valéria Augusta. Pesquisa e Prática Pedagógica: conhecer, participar e transformar. Amazônida – Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, v. 6, n. 1, p.126-131, jan./jun. 2001.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

QUARTO ANO

DISCIPLINA: Legislação Educacional	
Vigência: a partir de 2022	Período letivo: Quarto ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Direitos Humanos, seus fundamentos e sua natureza integradora e protetiva. Princípios Constitucionais. Educação como direito fundamental. Aspectos históricos da legislação educacional no Brasil. Estrutura Normativa e Imprensa Oficial. Política e Administrativa da Educação Brasileira. Ordenamento constitucional, legal e normativo da educação brasileira para a educação básica e suas modalidades. LDB. As reformas educacionais e os planos de educação. Organização Didática da Educação Brasileira. Leis e resoluções que regem a formação e a Carreira Docente. O papel do Estado e das políticas públicas de educação e profissionais. Implicações do ECA na educação brasileira. Legislação para a assistência ao estudante. Direitos referentes à educação inclusiva, educação indígena e de quilombolas, educação do campo, questões de gênero, sexuais, étnico-raciais e religiosas. Direito e Mídia, Direito intelectual, autoria e ética. Legislação de Registro e Patentes. Projeto Pedagógico e Legislação Escolar Interna.	
Bibliografia Básica	
CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. CASTRO, Claudio de Moura. Educação brasileira: consertos e remendos. BRZEZINSKI, Íria. LDB/1996 Contemporânea: contradições, tensões, compromissos/ Iria Brzezinski (org.)	
Bibliografia Complementar	
FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. O Estatuto da Criança e do adolescente e professor: reflexos na sua formação e atuação. MOTTA, Elias de Oliveira. Direito educacional e educação no século XXI. OLIVEIRA, Maria Eliza Nogueira; TORRES, Julio Cesar; DAVID, Alessandra. Política E Gestão Educacional – Questões Contemporâneas Em Debate. RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. Direito Educacional – Educação Básica e Federalismo. SAVIANI, D. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Metodologias Ativas de Aprendizagem	
Vigência: a partir de 2022	Período letivo: Quarto ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Apresentação, caracterização, discussão e compreensão teórico-prática do amplo e rico espectro das metodologias ativas (Active Learning) e algumas tecnologias digitais aplicáveis a educação compreende uma necessidade formativa premente dos docentes hodiernos. Nesse sentido, deve-se destacar a relevância, consistência, constância e conveniência do emprego dessas estratégias educacionais na rotina escolar, tendo por base o profundo conhecimento das mesmas, os limites e possibilidades que oferecem para potencialização da aprendizagem centrada no estudante.	
Bibliografia Básica	
ALLAL, L.; CARDINET, J.; PERRENOUD, P. A avaliação formativa num ensino diferenciado.	
BENDER, W. Aprendizagem baseada em Projetos: educação diferenciada para o século XXI.	
BERBEL, N. A. N.; GAMBOA, S. A. S. A metodologia da problematização com o Arco de Maguerez – uma perspectiva teórica e epistemológica. Filosofia e Educação, v. 3, n. 2, Out. 2012.	
Bibliografia Complementar	
BERGMANN, J.; SAMS, A. Sala de Aula Invertida: uma Metodologia Ativa de Aprendizagem.	
JENSEN, E. Enriqueça o Cérebro – como maximizar o potencial de aprendizagem de todos os alunos.	
MAZUR, ERIC. Peer instruction: A user's manual.	
PERRENOUD, P. H. Dez Novas Competências para Ensinar.	
SAHLBERG, P. Finnish Lessons 2.0: What can the world learn from educational change in Finland?	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Metodologias e Estratégias de ensino da Geografia	
Vigência: a partir de 2022	Período letivo: Quarto ano
Carga horária total: 80 h	Código:
Ementa: O ensino de Geografia e História nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental: tendências, pressupostos teórico-metodológicos. A construção dos conceitos de espaço e tempo e relações sociais. Processo ensino-aprendizagem de Geografia e História nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental.	
Bibliografia Básica	
ANTUNES, Celso. Geografia para a Educação de Jovens e Adultos. CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; SCHAFFER, Neiva Otero; KAERCHER, Nestor André. Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. NETO, Fernanda Borges. A Geografia escolar do aluno EJA: caminhos para uma prática de ensino. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia – Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008.	
Bibliografia Complementar	
ALVES, Rubem. Por uma educação romântica. ALVES, Rubem; DIMENSTEIN, Gilberto. Fomos maus alunos. BIER, Augusto Franke. O uso da charge na sala de aula. XX Congresso Brasileiro de Ciências de Comunicação/GT13 – Comunicação e Educação, 1997. CARVALHO, Célia Pezzolo de. Ensino noturno: realidade e ilusão. PEREIRA, Diamantino; SANTOS, Douglas; CARVALHO, Marcos de. Geografia: Ciência e espaço.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Metodologias e Estratégias de ensino das Artes	
Vigência: a partir de 2022	Período letivo: Quarto ano
Carga horária total: 80 h	Código:
Ementa: Introdução aos conceitos e práticas sobre: Teoria e método. Relações Concepções e métodos. Relações Concepções pedagógicas e Atividades artísticas na Escola. Relações concepções de arte e práticas de arte na escola. Concepções e metodologias do ensino da arte. Perspectivas de novos métodos.	
Bibliografia Básica	
BARBOSA, A . M., org. Arte-Educação: leitura no sub-solo. FERRAZ, M & FUSARI, M. H. A arte na Educação Escolar. FERREIRA, S., org. O Ensino das Artes – construindo caminhos.	
Bibliografia Complementar	
OSTETTO,L. e LEITE, M.I. Arte, Infância e Formação de Professores. PAREYSON, L. Os Problemas da Estética. PERONDI, J. D. et alli. Processo de Alfabetização e Desenvolvimento do Grafismo Infantil. SILVA, S. A Constituição Social do Desenho da Criança. VYGOTSKY, L. A Formação Social da Mente. SEF/MEC. Parâmetros curriculares nacionais/ 1º. e 2o. ciclos. Brasília,:MEC, 1999.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Metodologias e Estratégias de ensino de Atividades Recreativas	
Vigência: a partir de 2022	Período letivo: Quarto ano
Carga horária total: 80 h	Código:
Ementa: O estudo do lúdico, seus fundamentos teórico-práticos de procedimentos mediadores e integradores entre o agir, o sentir e o pensar, bem como suas relações com a educação. A compreensão da ludicidade na liberação do potencial criativo inerente ao ser humano enquanto sujeito individual e coletivo. O estudo da relação do lúdico com a cultura contemporânea. O desenvolvimento de uma proposta colaborativa de prática de ludicidade, com enfoques em metodologias e estratégias diversificadas.	
Bibliografia Básica	
LUCKESI, Cipriano Carlos. Ludicidade e atividades lúdicas: uma abordagem a partir da experiência interna. Disponível em: http://www.luckesi.com.br/artigoseducacao/ludicidade.htm . Acesso em: 29 jul. 2015.	
MARTINEZ, Domenica. Implicações do Lúdico na Educação Escolar: Uma Análise da Revista Nova Escola 1996-2004. Dissertação de Mestrado. PUC – SP, 2006.	
MULLER, Cristina C. et. al. Conceito mente e corpo através da história. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n1/v11n1a05.pdf . Acesso em: 29 jul. 2015.	
Bibliografia Complementar	
CAMPOS, Luiz Claudio de A. Menescal; GONÇALVES, Maria Helena Barreto; VIANNA, Maria da Conceição de O. Lazer e recreação.	
DUMAZEDIER, Joffre. Sociologia empírica do lazer.	
MAFRA, S. R. C. O lúdico e o desenvolvimento da criança deficiente intelectual. [S.l.], Secretaria de Estado de Educação, 2008. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2444-6.pdf . Acesso em: 06 dez. 2017.	
PIAGET, J. A formação do símbolo na criança, imitação, jogo, sonho, imagem e representação de jogo.	
TAVARES, Rogério. Games na educação: a batalha está começando.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Metodologia da Pesquisa, Inovação e Extensão em Educação	
Vigência: a partir de 2022	Período letivo: Quarto ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Pesquisa como princípio científico e princípio educativo. O processo de pesquisa enquanto forma de conhecer a realidade e enquanto formação educativa O pensamento científico, o trabalho científico e suas especificidades. A metodologia científica e a educação. Elementos para a produção de um trabalho científico e análise crítico-reflexiva Metodologia da produção acadêmica: estudo, fichamentos, resumo, resenhas, trabalho acadêmico. Normativas e Legislação. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Ética na Educação, o papel do Comitê de Ética e os processos de registro. Instrumentos, métodos e pesquisa em educação. A pesquisa: métodos e técnicas, tipos de pesquisa, a leitura produtiva. A pesquisa qualitativa, de campo, participante e a pesquisa-ação; O projeto de pesquisa, desenvolvimento e relatório. O projeto de pesquisa e a prática docente. O artigo Científico. Fomento da Pesquisa e da Extensão no Brasil. Instrumentos de otimização da pesquisa: pesquisa em bases, DOI, ORCID, fontes de pesquisa. Tecnologia e Aplicativos para a elaboração, o desenvolvimento e o compartilhamento de pesquisa. Os processos de divulgação dos resultados e publicação. Elaboração de projetos de pesquisa e/ou extensão.	
Bibliografia Básica	
ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. <i>Cadernos de Pesquisa</i> , n. 113, p. 51-64, julho, 2011.	
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico.	
LUDKE, M. O professor, seu saber e sua pesquisa. Educação & Sociedade , ano XXII, nº 74, Abril/2001. Disponível em: www.scielo.br . Acesso em: 27 de julho de 2011.	
THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação.	
DEMO, Pedro. Saber pensar.	
Bibliografia Complementar	
DEMO, Pedro. Saber pensar.	
TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. <i>Educação e Pesquisa</i> , São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005	
PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.	
BEHAR, Patrícia Alejandra. Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Oficina de Projetos de Iniciação Científica – Implantação de Projeto de Pesquisa e Extensão IV	
Vigência: a partir de 2022	Período letivo: Quarto ano
Carga horária total: 90 h	Código:
A importância do projeto de observação, pesquisa e extensão como eixo integrador de todos os componentes, fortalecendo a integração teoria/prática. Construção de uma proposta de pesquisa e extensão, utilizando-se de: metodologia de projetos e princípios interdisciplinares de organização pedagógica. O planejamento da pesquisa. Elaboração do projeto de pesquisa e extensão com a análise e tratamento dos dados. Socialização dos projetos elaborados.	
Bibliografia Básica	
MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. SOUSA, Antônia de Abreu, GOMES, Raimunda O.A. (Organizadoras). Formação de professores. Experiências de Iniciação à Docência no IFCE. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional.	
Bibliografia complementar	
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. MACHADO, Nilson José. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. MOREIRA, M. A. Subsídios teóricos para o professor pesquisador em ensino de ciências: A Teoria da Aprendizagem Significativa. SEABRA, Carlos. Tecnologias na escola. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Seminário TCC II	
Vigência: a partir de 2022	Período letivo: Quarto ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Planejamento, organização e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Projeto de Pesquisa em Educação. Entrega parcial do TCC. Pré-banca.	
Bibliografia Básica	
ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo; ROSA, Maria Virginia de Figueiredo. Apontamentos de metodologia para ciência e técnicas de redação científica. FERNANDES, A. B.; MENEZES NETO, E. L.; FACCIOLI, G. G. Diretrizes e normas para elaboração de monografias. RAMPAZZO, L. Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação.	
Bibliografia Complementar	
ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. TRALDI, M. C. Monografia passo a passo. VIANNA, I. O. A. Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica. VIEGAS, W. Fundamentos de metodologia científica.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Seminário integrador e estudos curriculares IV	
Vigência: a partir de 2022	Período letivo: Quarto ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas no quarto ano da Licenciatura. Teorização do refletir sobre trajetórias pessoais, vivências de formação profissional realizadas durante o curso e do fazer pedagógico sobre temáticas da realidade escolar. Articulação das diferentes áreas do conhecimento e diferenciados saberes oriundos da práxis pedagógica.	
Bibliografia Básica	
BOLÍVAR, Antonio. O Esforço Reflexivo de Fazer da Vida uma História. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out,2007, p. 12-15. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. PASSEGGI, M.C.; BARSOSA, T. M. Memórias, memoriais: pesquisa e formação docente. São Paulo/ Natal: Paulus/EDUFRN, 2008b. p.153-179.	
Bibliografia Complementar	
GIL. Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. GOODSON, Ivor. A arte de contar a própria história. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out, 2007, p.20-21. IMBERNÓN, Francesc. Aprender com as histórias de vida. In: Pátio, Ano XI nº 43 - Histórias de vida e aprendizagem - ago/out,2007, p.08- 11. MEIRIEU, Philippe. Carta a um jovem professor. MORETTO, Vasco Pedro. Construtivismo: a produção do conhecimento em aula.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos	
Vigência: a partir de 2022	Período letivo: Quarto ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Construção e fortalecimento da identidade docente por meio da inserção no cotidiano escolar da Educação de Jovens e Adultos, possibilitando a articulação dos saberes acadêmicos, específicos e pedagógicos, e dos saberes da experiência na formação do professor.	
Bibliografia Básica	
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é método Paulo Freire.	
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade.	
BRUNEL, Carmem. Jovens dada vez mais jovens na educação de jovens e adultos.	
Bibliografia Complementar	
BRASIL/MEC. Proposta curricular para a educação de jovens e adultos.	
BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. A sala de aula como espaço de vivência e aprendizagem.	
BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Alunas e alunos da EJA.	
FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.	
FUCK, Irene Terezinha. Alfabetização de adultos: relato de uma experiência construtivista.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado na Educação Profissional	
Vigência: a partir de 2022	Período letivo: Quarto ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Construção e fortalecimento da identidade docente por meio da inserção no cotidiano escolar da Educação Profissional. Contexto atual da educação profissional no Brasil. Estrutura de funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Ações de incentivo governamental (programas e projetos). Educação a distância, Rede e-Tec. Metas da educação profissional no Plano Nacional de Educação (PNE).	
Bibliografia Básica	
BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p.1, 30/12/2008.	
MANFREDI, Sílvia Maria. Educação profissional no Brasil.	
MOLL, Jaqueline. Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo – Desafios, Tensões e Possibilidades.	
Bibliografia Complementar	
PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. A rede Federal de Educação Profissional e o desenvolvimento local. 2003. Dissertação de Mestrado. Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.	
SCHIMIDT, Michele de Almeida. Os institutos de educação, ciência e tecnologia: um estudo da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. 2010. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.	
FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.	
FUCK, Irene Terezinha. Alfabetização de adultos: relato de uma experiência construtivista.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado na área da Gestão Escolar	
Vigência: a partir de 2022	Período letivo: Quarto ano
Carga horária total: 60 h	Código:
Ementa: Análise da organização e funcionamento escolar, coordenação pedagógica e gestão. Participação nas atividades de planejamento, conselho de classe, reuniões pedagógicas com docentes e pais. Estudo e análise crítica da gestão escolar. Estágio Curricular Supervisionado em gestão escolar.	
Bibliografia Básica	
ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. O coordenador pedagógico e o espaço da mudança. FERREIRA, Naura S. Carapeto. Gestão Democrática: atuais tendências, novos desafios. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens.	
Bibliografia Complementar	
ALVES, Nilda. Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola. FORTUNA, Maria Lúcia A. Gestão Escolar e subjetividade. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão Escolar: teoria e prática. OLIVEIRA, Dalila Andrade. Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos. SENGER, Peter M. A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

ANEXOS

ANEXO I

REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO

Fixa normas para as Atividades de Estágio Obrigatório no Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados – a Distância – em rede** – em rede proposto pelas Instituições parceiras: IFSul/IFMA/IFRN/IFMT/IFRO/IFSULDE MINAS/IFG/IFRJ, IFAM e IFAP regido pela Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O estágio é ato educativo que integra a proposta do projeto pedagógico do curso, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com o Regulamento de Estágio do IFSul, IFMA, IFRN, IFMT, IFRO, IFSULDEMINAS, IFG, IFGoiano, IFRJ e IFAM.

Art. 2º O Estágio Obrigatório é considerado exigência do currículo do Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede** e deve ser cumprido, no período letivo previsto na Matriz Curricular e em conformidade com a previsão do Projeto Pedagógico de Curso.

Art. 3º O Estágio Obrigatório desenvolve-se em ambiente educacional denominado Instituição Concedente.

Art. 4º Para realização do Estágio, o aluno deverá estar regularmente matriculado e frequentando o semestre onde há previsão de sua efetivação.

CAPÍTULO II
DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

Art. 5º O Estágio Obrigatório, a ser desenvolvido a partir do segundo ano, do Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede** integra as dimensões teórico-práticas do currículo e articula de forma interdisciplinar os conteúdos das



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

diferentes disciplinas **dos eixos tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)**¹ por meio de procedimentos de docência na **Educação Profissional**.

Art. 6º O Estágio Obrigatório tem por objetivos oportunizar ao futuro profissional:

- I. Competência Técnica e Didática no exercício da docência;
- II. A articulação dos saberes acadêmicos, específicos e pedagógicos aos saberes da experiência na Formação Profissional;
- III. A vivência da prática docente em situação real, possibilitando a reflexão sobre a prática.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA, DURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

Art. 7º Conforme previsão do Projeto Pedagógico de Curso, o estágio obrigatório é realizado ao longo dos dois anos de formação, nos campos de estágio concedentes, perfazendo um total **300 horas**. Será realizado em Instituições de Ensino Profissionalizante tendo em vista a proposta de formação e a natureza da área de atuação profissional do egresso, cujas atividades demandam o desenvolvimento de competências técnicas e didáticas na atuação junto à docência na Educação Profissional e Tecnológica

Art. 8º - Para a organização prévia das atividades de estágio são previstas as seguintes providências:

I. Compete ao aluno:

- I. Retirar, junto ao Setor de estágio ou equivalente no Campus/Polo o Termo de concessão de estágio e a Carta de Apresentação (ou equivalentes) à Instituição Concedente, bem como a listagem de documentos a serem fornecidos à instituição acadêmica para a formalização do estágio.
- II. Apresentar-se à Instituição Concedente pretendida, solicitando, autorização para realizar o estágio;
- III. Em caso de aceite, recolher os dados da Concedente para elaboração do Termo de Compromisso: Razão Social, Unidade Organizacional, CNPJ, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP, Nome do Supervisor de Estágio, Cargo, Telefone e e-mail.
- IV. Preencher a documentação em três vias, de acordo com a legislação vigente do estágio; coletar as assinaturas dos representantes legais.
- V. Entregar a documentação no setor competente, para realização do cadastro do estágio no sistema de dados da IES à qual está vinculado.

Para realização do estágio o acadêmico deverá existir compatibilidade com os eixos do CNCT nos locais de oferta de estágio pela IES. Em casos de não compatibilidade será de responsabilidade do acadêmico.

II. Compete ao professor orientador de estágio:

- Apresentar o presente Regulamento ao estagiário sob sua orientação;
- Verificar a documentação organizada pelo estudante para a formalização do estágio, assinando os documentos necessários;
- Elaborar e pactuar com o aluno o Plano de Atividades a ser desenvolvido no estágio, incluindo a especificação da modalidade de avaliação, com a expressão dos respectivos critérios.

1 Eixos Tecnológicos constantes no final do regulamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Art. 9º São consideradas atividades de estágio: docência supervisionada.

CAPÍTULO IV
DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art. 10. A orientação do Estágio é de responsabilidade do(s) professor(es) regentes do estágio, designado pelo Colegiado / Coordenadoria de curso.

Parágrafo Único: O professor responsável pelo Estágio denominar-se-á Professor Orientador.

Art. 11. São atribuições dos Professor Orientador:

- I. Organizar junto com o aluno o Plano de Atividades de Estágio e submetê-lo à aprovação no Colegiado / Coordenadoria de Curso;
- II. Assessorar o estagiário na identificação e seleção da bibliografia necessária ao desenvolvimento da atividade de Estágio;
- III. Acompanhar e avaliar o estagiário em todas as etapas de desenvolvimento do seu trabalho, através de encontros periódicos e visitas ao local de Estágio. As reuniões periódicas para acompanhamento poderão ser realizadas a cada semana ou quinzenalmente, presenciais ou utilizando ferramentas síncronas de comunicação, tais como chats, Skype, ou ainda webconferência ou videoconferências. As visitas de avaliação deverão ser presenciais, podendo ser realizadas durante as práticas, em comum acordo com o professor supervisor. A avaliação das práticas, quando não houver recursos para percorrer as escolas concedentes, poderá ser realizada no Polo de apoio presencial no qual o/a aluno/a está matriculado, em concordância com o Art. 4º, do Decreto n. 9.057, de maio de 2017.
- IV. Oferecer os subsídios metodológicos e orientar a produção do relatório de estágio;
- V. Prever demais atribuições, conforme a natureza das atividades a serem desenvolvidas no campo de estágio.

Art. 12. São atribuições do Professor Supervisor da Instituição/Campo de Estágio:

- I. Receber e acompanhar o comparecimento do estagiário nos dias e horários previstos na Instituição/Campo de Estágio;
- II. Informar o Professor Orientador acerca do desempenho do estagiário em suas atividades na Instituição/Campo de Estágio;
- III. Participar da avaliação das atividades de estágio dos alunos sob sua supervisão;
- IV. Prever demais atribuições, conforme a natureza das atividades desenvolvidas no campo de estágio.

CAPÍTULO V
DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 13. São responsabilidades e atribuições do Estagiário:

- I. Desenvolver atividades de estágio de acordo com o Plano de Atividades elaborado e pactuado com o Professor Orientador e aprovado pelo Colegiado / Coordenadoria de Curso;
- II. Observar horários e regras estabelecidas, tanto em relação à Instituição Concedente, quanto ao estabelecido no Termo de Compromisso e Regulamento do Estágio Obrigatório;
- III. Comprometer-se com a comunidade na qual se insere e com o próprio desenvolvimento pessoal e profissional;
- IV. Respeitar, em todos os sentidos, o ambiente de estágio, as pessoas e as responsabilidades assumidas nesse contexto;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

- V. Manter discrição e postura ética em relação às informações e às ações referentes à participação em atividades da Instituição Concedente;
- VI. Registrar sistematicamente as atividades desenvolvidas no campo de estágio, conforme as orientações constantes neste Regulamento;
- VII. Participar das atividades semanais de orientação e aprofundamento técnico e metodológico;
- VIII. Comparecer no local de estágio nos dias e horários previstos, cumprindo rigorosamente o Plano de Atividades;
- IX. Apresentar periodicamente os registros aos Professor Orientador, mantendo-o informado do andamento das atividades;
- X. Zelar pela ética profissional, pelo patrimônio e pelo atendimento à filosofia e objetivos da Instituição Concedente;
- XI. Elaborar os relatórios previstos e cumprir na íntegra o Regulamento Geral de Estágio;
- XII. Prever demais atribuições, conforme a natureza das atividades desenvolvidas no campo de estágio.

CAPÍTULO VI
DA ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Art. 14. O Relatório de Estágio consiste na síntese descritiva e analítico-reflexiva das experiências desenvolvidas e das aprendizagens consolidadas ao longo das atividades realizadas no Campo de Estágio;

Art. 15. O Relatório de Estágio caracteriza-se como uma produção individual a ser elaborada em conformidade com a estrutura e critérios estabelecidos neste Regulamento;

Art. 16. Constituem itens mínimos para a estruturação formal do Relatório de Estágio Obrigatório:

- I. Caracterização da Instituição Concedente;
- II. Elaboração clara de uma proposta teórico-metodológica para atuação nas escolas de educação básica, e na educação profissional;
- III. Planejamento das práticas pedagógicas, quando pertinente à etapa de regência;
- IV. Análise geral das práticas realizadas;

Art. 17. O Relatório de Estágio é avaliado segundo os seguintes critérios:

- I. Linguagem clara, objetiva, porém sem perder os aspectos descritivos e analíticos, quando assim couber;
- II. Planejamento educacional capaz de articular os objetivos gerais e específicos, conhecimentos trabalhados, métodos e estratégias de ensino-aprendizagem, recursos e processos avaliativos adotados para as práticas letivas;
- III. Organização do documento seguindo as normas da ABNT.

Art. 18. A apresentação pública da experiência documentada no Relatório Final de Estágio obedece ao seguinte regramento:

- I. Indicar os procedimentos previstos para a apresentação do relatório, caso prevista, especificando a forma de constituição de banca (se for o caso), estruturação de seminário de apresentação entre os estudantes ou outras modalidades de socialização da experiência, conforme decisão do colegiado/coordenadoria do curso

CAPÍTULO VII
DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Art. 19. A avaliação do Estágio é de responsabilidade conjunta do Professor Orientador e do Supervisor de Estágio, a ser conduzida de acordo com o previsto na Organização Didática das instituições conveniadas e respeitadas as normas deste Regulamento.

Art. 20. O aluno é considerado aprovado no Estágio se cumprir satisfatoriamente os seguintes aspectos:

- I. Cumprir satisfatoriamente as atividades previstas no Plano de Estágio;
- II. Entregar no final do semestre o Relatório de Atividades de Estágio, obtendo a nota mínima para aprovação, de acordo com a Organização Didática das instituições conveniadas.

Parágrafo único. O estagiário que, na avaliação, não alcançar aprovação, deverá repetir o Estágio, não cabendo avaliação complementar ou segunda chamada.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. Os casos omissos e disposições contrárias neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado / Coordenadoria de Curso em conjunto com a Instituição ofertante.

Eixos Tecnológicos da 3ª edição do CNCT:

- Ambiente e Saúde
- Controle e Processos industriais
- Desenvolvimento Educacional e Social
- Gestão e Negócios
- Informação e Comunicação
- Infraestrutura
- Produção Alimentícia
- Produção Cultural e Design
- Produção Industrial
- Recursos Naturais
- Segurança
- Turismo, Hospitalidade e Lazer

Observação: Devem ser respeitadas as futuras atualizações do CNCT



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

ANEXO II

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Dispõe sobre o regramento operacional das atividades complementares do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, a Distância, em rede proposto pelas Instituições parceiras: IFSul/IFMA/ IFRN/IFMT/ IFRO/ IFSULDEMINAS/IFG/IFRJ/IFAM e IFAP

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento tem por finalidade normatizar a inserção e validação das atividades complementares como componentes curriculares integrantes do itinerário formativo dos alunos do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede.

Art. 2º As atividades curriculares são componentes curriculares obrigatórios para obtenção da certificação final e emissão de diploma, conforme previsão do Projeto Pedagógico de Curso.

CAPÍTULO II
DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 3º As atividades complementares constituem-se componentes curriculares destinados a estimular práticas de estudo independente e a vivência de experiências formativas particularizadas, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

Art. 4º As atividades complementares compreendem o conjunto opcional de atividades didático-pedagógicas previstas no Projeto Pedagógico de Curso, cuja natureza vincula-se ao perfil de egresso do Curso.

§ 1º A integralização da carga horária destinada às atividades complementares é resultante do desenvolvimento de variadas atividades selecionadas e desenvolvidas pelo aluno ao longo de todo seu percurso formativo, em conformidade com a tipologia e os respectivos cômputos de cargas horárias parciais previstos neste Regulamento.

§ 2º As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas nas dependências dos Institutos, em outras Instituições de Ensino, ou em programações oficiais promovidas por outras entidades, desde que reconhecidas pelo colegiado / coordenação de curso e dispostas neste Regulamento.

Art. 5º As atividades complementares têm como finalidades:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

- a) Possibilitar o aperfeiçoamento humano e profissional, favorecendo a construção de conhecimentos, competências e habilidades que capacitem os estudantes a agirem com lucidez e autonomia, a conjugarem ciência, ética, sociabilidade e alteridade ao longo de sua escolaridade e no exercício da cidadania e da vida profissional;
- b) Favorecer a vivência dos princípios formativos basilares do IFSul, do IFMA, do IFRN, do IFMT, do IFRO, do IFSULDEMINAS, do IFG e do IFRJ possibilitando a articulação entre o Projeto Pedagógico Institucional e o Projeto Pedagógico de Curso;
- c) Oportunizar experiências alternativas de aprendizagem, capacitando os egressos possam vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de construção do conhecimento.
- d) Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva e a participação em atividades de extensão;

CAPÍTULO III
DA NATUREZA E CÔMPUTO

Art. 6º. São consideradas atividades complementares para fins de consolidação do itinerário formativo do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede.

7. Participação em videoconferências na área da educação;
8. Desenvolvimento e/ou participação em Projetos de Ensino registrados;
9. Projetos e programas de pesquisa;
10. Atividades em programas e projetos de extensão;
11. Participação em eventos técnicos científicos (seminários, simpósios, conferências, congressos, jornadas, visitas técnicas e outros da mesma natureza);
12. Atividades de monitorias em disciplinas de curso;
13. Aproveitamento de estudos em disciplinas que não integram o currículo do curso e/ou disciplinas de outros cursos;
14. Participação em cursos de curta duração;
15. Trabalhos publicados em revistas indexadas ou não, jornais e anais, bem como apresentação de trabalhos em eventos científicos e aprovação ou premiação em concursos;
16. Atividades de gestão, tais como participação em órgãos colegiados, em comitês ou comissões de trabalhos e em entidades estudantis como membro de diretoria;
17. Permanência no Polo quando da visita do tutor à distância e/ou professor;
18. Trabalho de campo de pesquisa;
19. Atividades culturais.

Art. 7º A integralização da carga horária total de atividades complementares no Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede referencia-se nos seguintes cômputos parciais:

I. LIMITES MÍNIMO E MÁXIMO DE HORAS POR ATIVIDADE COMPLEMENTAR

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	CH por atividade	Limite Máximo no Curso	Documento Comprobatório
-------------------------------	-------------------------	-------------------------------	--------------------------------



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Videoconferências	2 horas	10 horas	Declaração e/ou atestado de participação
Projetos de Ensino	10 horas	30 horas	Declaração e/ou atestado de participação
Projetos de Extensão	10 horas	30 horas	Declaração e/ou atestado de participação
Eventos técnicos científicos	8 horas	16 horas	Declaração e/ou atestado de participação
Monitorias	20 horas	60 horas	Atestado da Instituição
Aproveitamento de estudos	10 horas	10 horas	Documento comprobatório da Instituição em que cursou a Disciplina e Programa da disciplina devidamente assinada pela Instituição
Participação em cursos de curta duração	8 horas	20 horas	Declaração e/ou atestado de participação com carga Horária
Trabalhos publicados em revistas indexadas	10 horas	50 horas	Cópia do artigo com ISSN
Trabalhos publicados em revistas não indexadas	5 horas	10 horas	Cópia do artigo com ISSN
Apresentação de trabalhos em eventos científicos	5 horas	20 horas	Certificação de participação com o nome do trabalho apresentado
Aprovação ou premiação em concurso	5 horas	10 horas	Certificação da Instituição premiadora
Atividades de gestão	10 horas	40 horas	Declaração e/ou atestado de participação
Permanência no Polo quando da visita do tutor à distância e/ou professor	2 horas	60 horas	Declaração e/ou atestado do Tutor e/ou Professor
Trabalho de campo de pesquisa	20 horas	60 horas	Documento da Instituição e/ou local em que foi executada a pesquisa junto com a cópia do projeto.
Atividades culturais	2 horas	20 horas	Declaração e/ou atestado de participação

CAPÍTULO IV
DO DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO

Art. 8º As atividades complementares deverão ser cumpridas pelo estudante a partir do segundo ano, do curso, perfazendo um total de 200 horas, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 9º A integralização das atividades complementares é condição necessária para a colação de grau e deverá ocorrer durante o período em que o estudante estiver regularmente matriculado, excetuando-se eventuais períodos de trancamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Art. 10. Cabe ao estudante apresentar, junto à coordenação do polo para ser encaminhado a coordenação do curso/área, para fins de avaliação e validação, a comprovação de todas as atividades complementares realizadas mediante a entrega da documentação exigida para cada caso.

Parágrafo único - O estudante deve encaminhar à secretaria do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede a documentação comprobatória, até 30 dias antes do final de cada período letivo cursado, de acordo com o calendário acadêmico vigente.

Art. 11. A coordenação de curso tem a responsabilidade de validar as atividades curriculares comprovadas pelo aluno, em conformidade com os critérios e cômputos previstos neste Regulamento, ouvido o colegiado/coordenação de curso.

§ 1º A análise da documentação comprobatória de atividades complementares desenvolvidas pelo estudante é realizada ao término de cada período letivo, em reunião do colegiado/coordenação do curso, culminando em ata contendo a listagem de atividades e cômputos de cargas horárias cumpridas por cada estudante.

§ 2º Após a análise, a documentação comprobatória bem como a planilha de atividades e cargas horárias validadas para cada estudante são encaminhadas pelo coordenador de curso ao setor de Registros Acadêmicos da Instituição e Câmpus ofertante para lançamento e arquivamento.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. As atividades complementares cursadas anteriormente ao ingresso no curso são avaliadas, para efeito de aproveitamento, pelo coordenador do curso.

Art.13. Os casos omissos neste regulamento serão deliberados pelo colegiado/coordenação do curso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

ANEXO III

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Dispõe sobre o regramento operacional do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, a Distância, em rede, proposto pelas Instituições parceiras: IFSul/IFMA/IFRN/IFMT/IFRO/IFSULDEMINAS/IFG/IFRJ/IFAM e IFAP

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento normatiza as atividades e os procedimentos relacionados ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede – em rede proposto pelas Instituições parceiras: IFSul/IFMA/IFRN/IFMT/IFRO/IFSULDEMINAS/ IFG/ IFRJ/IFAM.

Art. 2º O TCC é considerado requisito para a obtenção de certificação final e emissão de diploma.

CAPÍTULO II
DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 3º O trabalho de conclusão de curso (TCC) do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede constitui-se numa atividade curricular pedagógica, vinculada à área de conhecimento e ao perfil de egresso do Curso.

Art.4º O TCC consiste na elaboração, pelo acadêmico concludente, de um trabalho que demonstre sua capacidade para formular, fundamentar e desenvolver uma pesquisa monográfica, sob a forma de artigo, de modo claro, objetivo, analítico e conclusivo.

§ 1º O TCC deve ser desenvolvido segundo as normas que regem o trabalho e a pesquisa científica, as determinações deste Regulamento e outras regras complementares que venham a ser estabelecidas pelo colegiado / coordenação de Curso.

§ 2º O TCC visa a aplicação dos conhecimentos construídos e das experiências adquiridas durante o curso.

§ 3º O TCC consiste numa atividade individual do acadêmico, realizada sob a orientação e avaliação docente.

Art. 5º O TCC tem como objetivos gerais:

I - Estimular a pesquisa, a produção científica e o desenvolvimento pedagógico sobre um objeto de estudo pertinente ao curso;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

II – Possibilitar a sistematização, aplicação e consolidação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, tendo por base a articulação teórico-prática;

III - Permitir a integração dos conteúdos, contribuindo para o aperfeiçoamento técnico-científico e pedagógico do acadêmico;

IV - Proporcionar a consulta bibliográfica especializada e o contato com o processo de investigação científica;

V - Aprimorar a capacidade de interpretação, de reflexão crítica e de sistematização do pensamento.

CAPÍTULO III **DA MODALIDADE E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS**

Art. 6º No Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede o TCC é desenvolvido na modalidade de artigo monográfico, em conformidade com o Projeto Pedagógico de Curso.

§ 1º O texto a ser apresentado para a banca e a versão final em meio eletrônico terá o caráter de monografia – tratamento escrito e aprofundado de um assunto, de maneira descritiva e analítica, em que a tônica é a reflexão sobre o tema em estudo.

§ 2º A produção do texto monográfico orienta-se pelas regras básicas de escrita acadêmico-científica da ABNT, bem como pelas normas de apresentação dispostas neste Regulamento.

CAPÍTULO IV **DA APRESENTAÇÃO ESCRITA, DEFESA E AVALIAÇÃO**

Seção I **Da apresentação escrita**

Art. 7º O TCC deverá ser apresentado sob a forma escrita, encadernada, a cada membro da banca examinadora com antecedência de, no mínimo, 15 dias em relação à data prevista para a apresentação oral.

§ 1º O TCC escrito será estruturado de acordo com o tipo de trabalho e pesquisa desenvolvida, cabendo ao professor orientador definir com o aluno a estrutura do texto a ser entregue.

§ 2º O trabalho deverá ser redigido, obrigatoriamente, de acordo com o Modelo Padrão disponibilizado pela Coordenação de Curso, obedecidas as seguintes normas de formatação: - Fonte: educacional, tamanho 12;

- Espaçamento entre linhas 1,5; - Margens: superior e esquerda 3 cm, e inferior e direita 2 cm.

Seção II **Da apresentação oral**

Art. 8º A apresentação oral do TCC, em caráter público, ocorre de acordo com o cronograma definido pelo Colegiado/Coordenação de Curso, sendo composto de três momentos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

- I - Apresentação oral do TCC pelo acadêmico;
 - II - Fechamento do processo de avaliação, com participação exclusiva dos membros da Banca Avaliadora;
 - III - Escrita da Ata, preenchimento e assinatura de todos os documentos pertinentes.
- § 1º O tempo de apresentação do TCC pelo acadêmico é de 20 minutos, com tolerância máxima de 10 minutos adicionais.
- § 2º Após a apresentação, a critério da banca, o estudante poderá ser arguido por um prazo máximo de 30 minutos.
- § 3º Aos estudantes com necessidades especiais facultar-se-ão adequações/adaptações na apresentação oral do TCC.

Art. 9º As apresentações orais dos TCCs ocorrerão nas reuniões periódicas para acompanhamento poderão ser realizadas a cada semana ou quinzenalmente, presenciais ou utilizando ferramentas síncronas de comunicação, tais como chats, Skype, ou ainda webconferência ou videoconferências. As visitas de avaliação deverão ser presenciais, podendo ser realizadas durante as práticas, em comum acordo com o professor supervisor, conforme cronograma estabelecido e divulgado previamente pelo Coordenador de Curso.

Seção III **Da avaliação**

Art. 10. A avaliação do TCC será realizada por uma banca examinadora, designada pelo colegiado/coordenação de curso, por meio da análise do trabalho escrito e de apresentação oral.

Art. 11. Após a avaliação, caso haja correções a serem feitas, o discente deverá reformular seu trabalho, segundo as sugestões da banca.

Art. 12. Após as correções solicitadas pela Banca Avaliadora e com o aceite final do Professor Orientador, o acadêmico entregará à Biblioteca do câmpus uma cópia do TCC em formato eletrônico, arquivo pdf e .doc.

Parágrafo único. O prazo para entrega da versão final do TCC é definido pela Banca Avaliadora no ato da defesa, não excedendo a 30 dias a contar da data da apresentação oral.

Art. 13. O TCC somente será considerado concluído quando o acadêmico entregar, com a anuência do orientador, a versão final e definitiva.

Art. 14. Os critérios de avaliação envolvem:

I - No trabalho escrito – indicar os critérios definidos pelo colegiado/coordenadoria do curso, tais como: organização estrutural; a linguagem concisa; a argumentação coerente com o referencial teórico, com aprofundamento conceitual condizente com o nível de ensino; a correlação do conteúdo com o curso; a correção linguística e o esmero acadêmico-científico.

II - Na apresentação oral - indicar os critérios definidos pelo colegiado/coordenadoria do curso, tais como: o domínio do conteúdo, a organização da apresentação, a capacidade de comunicação das ideias e de argumentação.

Art. 15. A composição da nota será obtida por meio de indicar a regra para atribuição de nota por cada membro da banca, bem como para a composição da nota final.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

1º Para ser aprovado, o aluno deve obter nota final igual ou superior a 7 (Sete) pontos.
§ 2º Caso o acadêmico seja reprovado em TCC, terá uma segunda oportunidade de readequar seu trabalho e reapresentá-lo num prazo máximo de 60 dias.

Art. 16. Verificada a ocorrência de plágio total ou parcial, o TCC será considerado nulo, tornando-se inválidos todos os atos decorrentes de sua apresentação.

CAPÍTULO V
DA COMPOSIÇÃO E ATUAÇÃO DA BANCA

Art. 17 A Banca Avaliadora será composta por, pelo menos, dois membros.

§ 1º O Professor Orientador será membro obrigatório da Banca Avaliadora e seu presidente.

§ 2º A escolha dos demais membros da Banca Avaliadora fica a critério do Professor Orientador e do orientando, com a sua aprovação pelo colegiado/coordenadoria de curso.

§ 3º O co-orientador, se existir, poderá compor a Banca Avaliadora, porém sem direito a arguição e emissão de notas, exceto se estiver substituindo o orientador.

§ 4º A critério do orientador, poderá ser convidado um membro externo ao Câmpus/Instituição, desde que relacionado à área de concentração do TCC e sem vínculo com o trabalho.

§ 5º A participação de membro da comunidade externa poderá ser custeada pelo câmpus, resguardada a viabilidade financeira.

Art. 18. Ao presidente da banca compete lavrar a Ata.

Art. 19. Os membros da banca farão jus a um certificado emitido pela Instituição, devidamente registrado pelo órgão da instituição competente para esse fim.

Art. 20. Todos os membros da banca deverão assinar a Ata, observando que todas as ocorrências julgadas pertinentes pela banca estejam devidamente registradas, tais como, atrasos, alteração dos tempos, prazos para a apresentação das correções e das alterações sugeridas, dentre outros.

CAPÍTULO VI
DA ORIENTAÇÃO

Art. 21. A orientação do TCC será de responsabilidade de um professor do curso ou de área afim do quadro docente.

Parágrafo único - É admitida a orientação em regime de co-orientação, desde que haja acordo formal entre os envolvidos (acadêmicos, orientadores e Coordenação de Curso).

Art. 22 Na definição dos orientadores devem ser observadas, pela Coordenação e pelo Colegiado de Curso, a oferta de vagas por orientador, definida quando da oferta do componente curricular, a afinidade do tema com a área de atuação do professor e suas linhas de pesquisa e/ou formação acadêmica e a disponibilidade de carga horária do professor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

§ 1º A substituição do Professor Orientador só será permitida em casos justificados e aprovados pelo Colegiado de Curso e quando o orientador substituto assumir expressa e formalmente a orientação.

Art. 23. Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar o(s) aluno(s) na elaboração do TCC em todas as suas fases, do projeto de pesquisa até a defesa e entrega da versão final da monografia.

II - Realizar reuniões periódicas de orientação com os alunos e emitir relatório de acompanhamento e avaliações.

III - Participar da banca de avaliação final na condição de presidente da banca.

IV - Orientar o aluno na aplicação de conteúdos e normas técnicas para a elaboração do TCC, conforme as regras deste regulamento, em consonância com a metodologia de pesquisa acadêmico/científica.

V - Efetuar a revisão da monografia e autorizar a apresentação oral, quando julgar o trabalho habilitado para tal.

VI - Acompanhar as atividades de TCC desenvolvidas em ambientes externos, quando a natureza do estudo assim requisitar.

VII - inserir atribuições específicas, conforme a natureza do trabalho desenvolvido no âmbito do curso

Art. 24. Compete ao Orientando:

I – Observar e cumprir a rigor as regras definidas neste Regulamento.

II – Atentar aos princípios éticos na condução do trabalho de pesquisa, fazendo uso adequado das fontes de estudo e preservando os contextos e as relações envolvidas no processo investigativo.

III - inserir atribuições específicas, conforme a natureza do trabalho desenvolvido no âmbito do curso

CAPÍTULO VII **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 25. Os custos relativos à elaboração, apresentação e entrega final do TCC ficam a cargo do acadêmico.

Art. 26. Cabe ao Colegiado / Coordenadoria de Curso a elaboração dos instrumentos de avaliação (escrita e oral) do TCC e o estabelecimento de normas e procedimentos complementares a este Regulamento, respeitando os preceitos deste, do PPC e definições de instâncias superiores.

Art. 27. O discente que não cumprir os prazos estipulados neste regulamento deverá enviar justificativa por escrito ao colegiado do curso que julgará o mérito da questão.

Art. 28. Os casos não previstos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado / Coordenadoria de Curso e pelo Professor Orientador.

Art. 29. Compete a Coordenadoria de Curso definir estratégias de divulgação interna e externa dos trabalhos desenvolvidos no Curso.